

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Drª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIV - Nº 148 ISSN-0101-4919 OUTUBRO/DEZEMBRO/1992

SUMÁRIO

Artigos

- Compositores de 1992 235
Odilon Nogueira de Matos
- Considerações sobre a Filosofia Crítica da História e a renovação da cultura humana
Luiz Alberto Jorge 249
- Uma introdução à organização política e ideológica das sociedades 259
João Ribeiro Júnior
- Ecos do quinto centenário da descoberta da América 278
Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez

Um projeto social de desenvolvimento: a Revolução de 1930	283
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A ópera perdida dos "Sertões"	287
Enio Squeff	
Registro Bibliográfico	290
Memória Campineira	291
João Guilherme da Costa Aguiar	
Vincio Stein Campos	
Textos (sugestões para seminários)	
Sete igrejas em três quadras (Carl von Koseritz)	294
O método histórico (Polábio)	295
Vultos da Historiografia Brasileira	
Frei Venâncio Willeke	296
Seleta	
A "História do Brasil" de Frei vicente do Salvador	300
Frei Venâncio Willeke	
Rabiscos de um escrevinhador	
Aventuras de um super-diabo	302
Tiradentes, 200 anos	303
José Bonifácio, silvicultor	305
Livrinho inseparável	306
Químico inglês, viajante no Brasil	307
Recordações de Lindolfo Collor	309
Odilon Nogueira de Matos	

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

COMPOSITORES DE 1992*

Odilon Nogueira de MATOS

As efemérides assinaladoras de centenários ou mesmo cinquentenários têm constituído ocasiões propícias à evocação de personagens ou episódios, muitas vezes esquecidos, pouco lembrados e, não raro, ignorados mesmo.

A circunstância de ser a música área do conhecimento pouco freqüentada em nossa Academia levou-me a considerar, nesta tarde e já quase encerrando nosso ano acadêmico, as efemérides relativas a compositores transcorridas no ano em curso. Registrei 14 efemérides, onze de nascimento e três de falecimento, de figuras de relevo na história da música. Quanto aos nascimentos: os 350 anos de Alessandro Stradella; o tricentenário de Tartini; os bicentenários de Carcassi e Rossini; os sesquicentenários de Massenet, Boito, Sullivan e Milloecker; e os centenários de Honegger, Milhaud e Grofé. Quanto aos falecimentos: o sesquicentenário de Cherubini e os centenários de Lalo e de Alexandre Levy. Quanto às nacionalidades: seis italianos, quatro franceses, 1 austríaco, 1 inglês, 1 norte-americano e 1 brasileiro.

De todos, inegavelmente Rossini é o mais conhecido, enquanto que Carcassi será certamente o menos conhecido. Entre os de conhecimento médio figurariam os demais, o que é uma circunstância favorável para que eu possa ter o prazer de apresentá-lo aos meus prezados ouvintes.

Evidentemente não terei condições de me demorar na apreciação de todos eles, como mereceriam e como seria de meu agrado. Cada um deles daria assunto para uma palestra. O importante, no caso, é lembrá-los, em rápida apreciação, o suficiente para que meus nobres confrades possam ajuizar da importância que tiveram, cada um a seu tempo, no vasto campo da História da Música. Farei a apresentação por ordem cronológica, começando com o italiano

(*) Lido na Academia Campinense de Letras, sessão de novembro de 1992.

Alessandro Stradella e encerrando com o brasileiro Alexandre Ley, dois Alexandres, aliás, para abrir e fechar esta palestra.

*

Em meados do século passado, foi apresentada em Hamburgo uma ópera de Frederico von Flotow inspirada na vida aventurosa do compositor italiano Alessandro Stradella, nascido em 1642 e assassinado em Gênova aos 28 de fevereiro de 1682. Completaram-se, portanto, neste ano, os 350 anos de nascimento dessa curiosa figura de compositor, que também foi personagem de ópera. Aliás, Flotow não foi o único a se inspirar na vida de Stradella. Sua carreira, repleta de aventuras amorosas (e em consequência de uma delas é que foi assassinado), tornou-o à moda de Casanova, personagem lendária, fazendo jus a que a ficção em torno dele tecesse as mais variadas fantasias. O centro de tudo quanto se escreveu a seu respeito é sempre o mesmo: os assassinos enviados para matá-lo ficam tão emocionados com a sua música, que desistem do intento. Hoje, sabe-se muito mais que no tempo de Flotow sobre a vida aventurosa do compositor, embora muita coisa ainda continua obscura. E, principalmente, conhece-se muito mais a sua obra. Durante anos e anos Stradella foi lembrado apenas por uma famosa ária religiosa, "Pietà, Signore!", que integrou o repertório de grandes cantores, muitos dos quais fizeram questão de gravá-la. Pesquisas mais recentes deram conta de sua vasta produção, abrangendo óperas, concertos, sonatas, cantatas, oratórios, enfim quase todas as formas freqüentes no período barroco. Já vai portanto bem longe o tempo em que o compositor-aventureiro era conhecido apenas por uma ária que fazia a delícia dos auditórios e enaltecia os cantores, ou, então, o tempo em que ele não passava de personagem de uma ópera atualmente inteiramente esquecida ou, melhor, lembrada apenas pela sua belíssima "ouverture". Lembrarei que sua Cantata "per il Santissimo Natale" é das mais belas obras inspiradas na data máxima do Cristianismo.

*

É sabido que o século XVIII - o glorioso "settecento" - foi o período áureo da música italiana, principalmente nas formas instrumentais: a sonata e o concerto. Foi a época dos Scarlatti, de Corelli, Vivaldi,

Locatelli, Nardini, Veracini, aos quais vem juntar-se o nome de Giuseppe Tartini, cujo tricentenário de nascimento transcorreu a 6 de abril do corrente ano. Quase todos os compositores dessa época tiveram o violino como meio de expressão predileto, o que estimulou, conseqüentemente, o desenvolvimento da indústria desse instrumento, que teve seu ponto alto com os Stradivari, Guarneri, Amati, enfim todos os que fizeram a glória de algumas cidades italianas, como Veneza e Cremona. Filho de família abonada enriquecida no comércio de Veneza, Tartini teve esmerada educação, sendo destinado originalmente à carreira eclesiástica. Viveu alguns anos em Pádua, onde deixou fama de “galant’uomo”, cujas aventuras oscilavam entre o fantástico e o real. Não se interessou pela carreira eclesiástica. Tinha um temperamento mundano demais. Serviu-se da igreja apenas para tirar algumas vantagens, como a possibilidade de freqüentar determinados ambientes musicais, pois era nas igrejas que se fazia a melhor música. Um casamento às escondidas, pois não era do agrado de nenhuma das famílias, obrigou-o a deixar Pádua por algum tempo, refugiando-se em Assis, onde foi carinhosamente recebido pelo franciscanos. Em Assis reformulou sua vida, tornando-se um homem sério, dedicado aos estudos e ao trabalho, procurando apagar a lembrança de estroinice que o acompanhou por muito tempo. Tanto que se reconciliou com a esposa e com a família, voltando a residir em Pádua, onde viveu até o fim de sua vida, falecendo aos 78 anos, em 1770, compondo, tocando e ensinando. Dedicou-se quase exclusivamente à música instrumental, escrevendo concertos para solistas e pequenos conjuntos, além de sonatas, duos e trios. Em geral essas obras permanecem ligadas à tradição barroca, mas já apresentam elementos da música rococó, em seu estilo galante, leve e sedutor. Entre as suas sonatas para violino, tornou-se célebre a intitulada “Trilo del diavolo”, composição que, pelas suas raras qualidades virtuosísticas, tornou-se peça obrigatória no repertório dos grandes violinistas.

*

Dos dois bicentenários do ano, cuidemos inicialmente de um autor quase desconhecido ou, melhor dizendo, conhecido apenas dos grandes virtuosos do violão, pois em sua vida não cuidou de outra coisa a não ser desse instrumento. Refiro-me a Matteo Carcassi, nascido em Florença, então o maior centro cultural da Itália e numa época áurea para os violonistas. Foi contemporâneo de Sor, Coste, Aguado, Carulli, Legnani e Paganini, este também mestre do violão, antes de o ser do violino. Todos eles

alcançaram o pináculo da carreira violonística. Carcassi viajou por quase toda a Europa, como recitalista de seu instrumento. Como compositor deixou cerca de 300 obras para o violão, além de um precioso método para o estudo do instrumento. De sua produção, pode-se considerar como obra mais significativa a série de 25 “Estudos melódicos”, opus 60, largamente divulgada em seu tempo e, segundo estou informado, ainda hoje entre os estudiosos desse instrumento, desprezado por muito tempo, mas altamente revalorizado em nossa época graças aos esforços de alguns grandes virtuosos, a começar por Segovia. Quando há alguns anos um famoso violonista russo, Anatole Malukov, gravou um disco com a integral dos 25 estudos melódicos de Carcassi, esse registro fonográfico despertou enorme interesse em torno de um compositor praticamente olvidado, contribuindo para tirá-lo do esquecimento. Lembro-me do comentário de uma revista especializada da Inglaterra, país onde o violão é largamente difundido, chamando a atenção para uma verdadeira obra prima, que não devia ser vista apenas como exercícios, mas como verdadeiras peças de concerto. Tal como as sonatinas de Clementi ou, guardadas as proporções - o “Cravo bem temperado”, de Bach. Carcassi faleceu em 1853, com pouco mais de 60 anos.

*

Gioacchino Antonio Rossini, nascido em Pesaro precisamente no dia bissexto de 1792 foi uma das figuras mais expressivas da fase de transição do classicismo para o romantismo. Sua acentuada vocação lírica fez da ópera o campo quase exclusivo de seu trabalho. Com efeito, fora da ópera pouca coisa escreveu a essa mesma não muito significativa. Alguém já disse que não faria falta se não existisse. Não chego a tanto. Seu “Stabat Mater” me parece de profunda inspiração e seu grande oratório “Ciro em Babilônia” tem momentos belíssimos. Deixou, ainda, duas missas, canções e peças para piano, realmente um tanto esquecidas hoje. O mesmo já não se poderá dizer de sua produção lírica: compôs 38 óperas que se dividem entre os gêneros cômico e sério, com acentuada predominância do primeiro, que tem sua maior realização em “O Barbeiro de Sevilha”, certamente a mais perfeita de quantas óperas cômicas foram escritas. Sua produção que se inicia com “Demétrio e Políbio”, em 1806, encerra-se com “Guilherme Tell”, em 1829. E viveu ainda 40 anos, pois só veio a falecer em 1868. Muita tinta tem sido gasta para explicar o “misterioso silêncio” de Rossini após “Guilherme Tell”. Não vejo mistério nenhum. Apenas o honesto reconhecimento de uma evidência. O período de transição do classicismo para o romantismo, no qual se enquadra toda a produção rossiniana, era caracterizado, em matéria de ópera, pelo predomínio da ópera “buffa” (cômica), campo em que Rossini

sentia-se bem à vontade, por estar de acordo com o seu temperamento. Com o advento do romantismo, a ópera cômica foi perdendo terreno para a ópera séria, aquela que explorava os sentimentos e as emoções, chegando ao drama e até à tragédia. Que Rossini era capaz de compor óperas no gênero sério, provam-no suas últimas partituras, especialmente “Guilherme Tell”. Mas a ópera séria não era o seu forte. E antes que sua obra redundasse nos dramalhões que freqüentemente surgiam na época romântica, preferiu retirar-se antes que decaísse. Soube, portanto, retirar-se na hora propícia, o que, infelizmente, nem todos sabem fazer. E viveu, como já se disse, mais 40 anos, sempre em Paris, participando ativamente da vida artística e social da capital francesa. Dessa época datam numerosas pequenas peças para piano (que ele ironicamente denominava “pecados da velhice”), algumas sonatas para cordas, bonitas, mas sem originalidade, e a missa solene, realmente sua última composição, mas que traduz pequena vivência, nada convincente com a música religiosa. Quando Rossini compôs “O Barbeiro de Sevilha”, em 1816, já existia, composta quase trinta anos antes, uma ópera sobre este mesmo assunto, da autoria de Paisiello. Este compositor, praticamente esquecido hoje, chegou a ser, em certa época o de maior prestígio em toda a Itália. A idéia de alguém pôr em música assunto já tratado pelo venerando Paisiello não foi bem recebida. Foi considerado verdadeiro sacrilégio e muitos aborrecimentos custou a Rossini, que foi muito criticado por isso. E por azar, a estréia da nova ópera de Rossini transcorreu em ambiente de grande hostilidade, com um público interessado muito mais em alguns acidentes que ocorreram do que propriamente na ópera em si. Daí as vaias tempestuosas que assinalaram a noite de 20 de fevereiro de 1816. Rossini, que regia o espetáculo, ficou tão desconcertado ante a reação do público, que saiu do teatro o mais depressa possível, e confessou muito tempo depois, que teve medo de que o assassinassem naquela noite. Mas, dois ou três dias depois, a ópera foi novamente encenada e desta vez ouvida com todo o respeito, assegurando o seu êxito. Três meses depois, falecia o velho Paisiello, e os inimigos de Rossini espalharam que o famoso compositor morrera do desgosto por ver o sucesso que estava alcançando o “Barbeiro de Seilha”, de Rossini... “Se non è vero...” É o caso de se perguntar: quem hoje, a não ser as pessoas ligadas diretamente à música, sabe da existência do “Barbeiro de Sevilha”, de Paisiello? No entanto, o de Rossini continua cada vez mais vivo, e não só é a mais encenada de todas as óperas do compositor, como uma das mais freqüentes de todo o vastíssimo repertório lírico italiano.

*

Nascido em Florença em 1760, Luigi Cherubini viveu a maior parte de sua vida fora da Itália: Inglaterra, França, Áustria, retornando

depois a Paris, donde nunca mais saiu, aí falecendo aos 15 de março de 1842, portanto há 150 anos. Dirigiu por quase vinte anos o famoso Conservatório de Paris, o que lhe garantiu destacadíssimo papel na vida musical da França. Uma simples enumeração das muitas óperas que compôs, tanto para os teatros italianos como para os franceses não diria muita coisa para nós, hoje, pois até há pouco Cherubini era lembrado apenas pelas aberturas de algumas dessas óperas, como "Anacreonte", "Les deux journées" e "Lodoiska". Não foi muito feliz nas tentativas de uma ópera popular, no gênero tão preferido pelos compositores de seu tempo, razão pela qual as óperas que compôs nessa linha caíram logo no esquecimento. Seria o caso de dizer-se que Cherubini era um compositor sério demais para o seu tempo. Sua preocupação em harmonizar o espírito da sinfonia com a expressão lírica e dramática fez dele um legítimo continuador de Mozart. Mais do que qualquer outro compositor, aproveitou a experiência de mais de um século de ópera. Sua maior obra, "Medéia", de 1797, tragédia musical do começo ao fim, representa um marco na história da ópera italiana. Talvez seja essa obra - altamente valorizada pela interpretação de Maria Callas - a mais indicada para representar a transição do classicismo para o romantismo. Fim de uma época, pelo assunto, pela preocupação de renascimento do gosto clássico; começo de outra, pelos elementos melódicos que aduz, pela pesquisa que representa na procura dum ritmo diferente para a ópera italiana, que, infelizmente, não soube manter-se no nível que lhe foi dado por essa obra grandiosa. Aliás, a culpa não cabe apenas à Itália, pois se a ópera italiana descambou para o mau gosto do dramalhão e do canto de bravura, por sua vez a ópera francesa, à qual o nome de Cherubini também está ligado, descambou para a "grand ópera", de excessiva preocupação de efeito. Mas, em Cherubini não se deve ver apenas o compositor de óperas. Deixou duas missas de requiem, das mais belas de quantas foram escritas, duas outras missas litúrgicas, uma série de quartetos de cordas e de sonatas para piano.

*

Nascido em Lille, a 27 de janeiro de 1823 e falecido em Paris a 22 de abril de 1892, Edourd Lalo descendia de uma família de origem espanhola, que se radicara na Bélgica. Sua vocação era preferencialmente para a música sinfônica ou de concerto, como o demonstram as peças de sua autoria que sobreviveram nos programas dos concertos internacionais: a "Sinfonia Espanhola", o "Concerto para violino e orquestra", a "Rapsódia norueguesa", a "Sinfonia em sol menor", o "Concerto para violoncelo e orquestra", o bailado "Namouna", do qual extraiu duas suítes orquestrais. Contava já 60 anos quando se dispôs a compor uma ópera, representada pela primeira vez em 1880, mas que não gozou nunca do favor do público.

Intitula-se “Le Roi d’Ys”, inspirada na lenda bretã de uma cidade submersa, mesmo assunto que inspirou a Debussy uma de suas mais belas páginas, “La Cathédrale engloutie”. Tentou outra ópera “La Jacquerie”, mas da qual escreveu apenas o primeiro ato, sendo a obra completada por Arthur Cocquard, encenada em 1895, quando Lalo já não mais vivia. Registre-se a seu crédito alguns trios e quartetos para cordas, alguma musica sacra e numerosas canções sobre textos de poetas românticos franceses: Victor Hugo, Alfred de Musset, Theophile Gauthier, Lamartine, entre outros.

*

Nascido há 150 anos e falecido em 1912, Jules Massenet foi certamente a mais influente figura da música francesa nos fins do século passado e início do atual. Dotado de imaginação e capacidade de trabalho extraordinárias, capaz de se adaptar a situações e ambientes mais diversos, sem se alterar em coisa alguma, tal o seu equilíbrio emocional, menos apaixonado que sensível e menos sensual que sensível, mais brilhante que profundo, adorado pelos seus discípulos pelo calor humano e pela cordialidade que sabia irradiar, teve tudo para assegurar enorme sucesso diante de seus contemporâneos. Sua música possui um poder de sedução e qualidades que lhe eram bem próprias. Professor do Conservatório de Paris, provavelmente nenhum músico tenha exercido tanta influência nas muitas gerações que passaram pelo famoso estabelecimento de ensino musical. Três de suas óperas, “Manon”, “Werther” e “Thais”, permanecem entre as mais freqüentes no repertório lírico internacional. Suas fontes são preciosas: o Abade Prevôt, para “Manon”; Goethe, para “Werther” e Anatole France, para “Thais”. Deixou muitas outras, menos freqüentes nos “carteloni” dos teatros internacionais mas igualmente valiosas: “Herodiade”, “Don Quixote” (este, escrita especialmente para o famoso baixo russo Chaliapin), “Le Jongleur de Notre Dame”, “Le Roi de Lahore”, “Le Cid”, “Esclarmonde”, “Sapho”, “Cendrillon”... Fora do campo operístico, “Les Erinyes”, “Scenes pittoresques” e diversas canções, entre as quais a famosa “Elegie”.

*

Arrigo Boito, nascido há 150 anos, era especialmente um poeta e poeta de primeira água. Havia formado seu espírito num ambiente de

cultura, fora das limitações restritas do teatro de ópera. Prova-o, entre outras coisas, os libretos magistrais que escreveu para as duas últimas óperas de Verdi, “Otelo” e “Falstaff”, ambas de inspiração shakespeariana. Mas, deixou também diversas obras, das quais apenas uma “Mefistófeles” (1869), sobrevive nos teatros internacionais. Essa ópera consistiu numa bela experiência de renovação da lírica italiana. Inicia uma época nova, não só para o teatro, como para a cultura musical italiana. Naturalmente, sua preocupação de inovar fez atirar contra ele todo o conservadorismo de sua época. Marcou um momento importante e decisivo na história da ópera italiana. O próprio Verdi, o maior compositor italiano de óperas do século XIX, após “Don Carlo”, entrou numa fase de recolhimento, a pensar nos rumos que deveria dar à sua obra. Os autores menores (e eram tantos) pouco realizaram de substancial. Havia a preocupação, talvez mesmo o medo de ceder terreno às idéias wagnerianas e sobretudo ao espírito de inovação que ameaçava abater o edifício convencional do teatro lírico italiano. Ghislanzoni, libretista famoso e também renomado crítico, escreveu na “Gazetta Musicale”, de Milão: “Arrigo Boito è un giovane de venticinque anni, un allievo del nostro Conservatorio, che tenta la prima prova del teatro con un’opera de proporzioni colossali e con intento de innovatore...” Na primeira representação, “Mefistófeles” pareceu insuportável pela extensão, o que levou o autor a rever a partitura, reduzindo-a às proporções que conhecemos hoje. A extensão desmesurada, na primeira versão, talvez se possa compreender, tal como no caso da tetralogia de Wagner, pelas necessidades poéticas do texto escolhido. Desenvolver o tema do “Fausto” numa ópera, de maneira a não deixar obscuro o ponto central do poema e a não sacrificar nenhuma de suas idéias mestras, só seria possível numa obra de proporções inabituais, talvez até mais de uma obra. Além do mais, os auditórios italianos não estavam habituados a temas intelectuais no teatro lírico, e isto foi sempre um obstáculo à popularidade dessa verdadeira obra prima. De fato, a um aditório acostumado a óperas girando em torno de intrigas, de crimes, de paixões, ou simplesmente de temas históricos e românticos, mas de um romantismo que apelava apenas para os sentimentos, não era mesmo fácil alcançar as sutilezas do pensamento de Goethe, através do tratamento que lhe deu Arrigo Boito. O compositor viveu até 1918, mas pouca música compôs. Dedicou-se mais à poesia e à crítica musical.

*

Outro compositor, também de sesquicentenário no corrente ano, e dos menos conhecidos entre nós, pois praticamente restrito ao campo da

ópera ligeira e da opereta é o austríaco Karl Millöcker. Foi regente de orquestra e diretor de teatros antes de dedicar-se à composição. Vivendo a maior parte de sua vida na capital da Áustria, cidade musical por excelência, impregnou-se de seu espírito, não só quanto à música de concerto, mas especialmente à “volksoper”, isto é, a ópera popular, que passou a ser designada de “opereta” ou “ópera ligeira”, para contrastar com a seriedade da chamada grande ópera. Neste campo, escreveu suas obras mais importantes, nada menos que doze, sendo as mais conhecidas “Du Barry”, “Gasparone” e, especialmente “Der Bettelstudent” (“O Estudante mendigo”), estreada em 1882 e considerada sua obra prima. Sua música é alegre e jovial, como que visando à popularidade, aliás facilmente alcançada, numa linha muito parecida com a do segundo João Strauss. “O Estudante mendigo” não ficou restrito à Áustria. Tornou-se logo conhecida em toda a Europa.

*

Os Ingleses não gostam da expressão “opereta”. Preferem dizer “light opera”, isto é “ópera ligeira”, e quando se pensa nessa forma musical, o nome que imediatamente nos ocorre é o de Arthur Sullivan, cujo sesquicentenário de nascimento transcorreu a 13 de maio do ano em curso. Realmente foi Sullivan o compositor mais representativo desse gênero tão do agrado do povo inglês. Certa vez alguém me perguntou o que eu achava de suas óperas. Só tive uma resposta: “São inglesas demais...” De fato, dificilmente alguém que não conheça bem a vida inglesa poderá apreciá-las integralmente. Poderá, isto sim, maravilhar-se com a beleza de sua música, mas ópera não deve ser só música. O texto e o conhecimento deste é indispensável para a apreciação completa de qualquer música de cena. No caso de Sullivan, há a considerar, ainda, que ele teve um extraordinário colaborador em William S. Gilbert, autor dos libretos de todas as suas óperas. Tão importante foi a colaboração literária de Gilbert, que seu nome é sempre associado ao do compositor. Ora, isso não ocorre em nenhum outro caso no mundo das óperas. Nestas, só nos lembramos dos compositores. Assim, “O Guarani” é de Carlos Gomes, o “Rigoletto” é de Verdi, “A Flauta Mágica” é de Mozart”, “La Bohème” é de Puccini, e por si afora. Nem nos lembramos, e no mais das vezes nem sabemos os nomes dos autores dos textos. No caso de Sullivan é diferente: suas óperas são sempre citadas como de “Gilbert and Sullivan”, mostrando a perfeita identidade entre texto e música. E vejam que o nome do poeta aparece antes do compositor. E ambos escreveram muito, nada menos de 15 “light-operas”, das quais se

tornaram mais conhecidas “O Micado”, “Os Gondoleiros”, “Iolanthe”, “Ruddigore”, “A Feiticeira”, “H. M. S Pinafore”, “Os piratas de Penzance”; “Os cavaleiros da guarda”. É interessante observar que, embora lembrado hoje pelas suas “light-operas”, Sullivan produziu suas primeiras obras em campo completamente diverso daquele em que veio a notailizar-se. Compôs musicas de cena para peças de Shakespeare, ballets, oratórios, concertos, peças sinfônicas, música religiosa da mais variada natureza (especialmente hinos para as igrejas protestantes). No entanto, tudo isso está praticamente esquecido, tendo-nos ficado apenas (o que aliás já é muito) compositor das encantadoras operas ligeiras que foram enumeradas. Sullivan viveu até 1900, vindo a falecer no dia de Santa Cecília daquele ano.

*

Figura curiosa da música norte-americana é Ferdinand Rudolphe von Grofé, nascido em 1892 e falecido em 1972. Simplificou seu nome Ferdinand para Ferde, omitiu o Rudolphe e eliminou o “von”, que traduzia sua origem germânica. Assim, tornou-se simplesmente Ferde Grofé. Descendente de uma família de músicos, teve desde cedo sua atenção despertada para a música, não a erudita, mas a popular. Como bom novaiorquino, interessou-se pelos ritmos da Broadway, numa linha muito semelhante à de numerosos outros compositores americanos, como Gershwin, Paul Whiteman, Morton Gould, e, nesse ambiente, foi como arranjador e acompanhador que se manteve e obteve renome. Dizem que o que lhe deu fama foi a transcrição orquestral que fez da conhecida “Rhapsody in blue”, de Gershwin, escrita originalmente para piano. Suas primeiras composições retratam a Broadway e parece que não se sentiria bem em outro ambiente. Entretanto a única obra pela qual Grofé é hoje lembrado nada tem de cidadina. Nesse campo muitos outros o superaram. Sua maior fonte de inspiração, encontrou-a numa das maravilhas da natureza do Estados Unidos: o Grande Canyon, do Colorado, que lhe inspirou extraordinária obra, uma suíte conhecida por este nome. Costumo colocar a suíte “Grand Canyon” de Grofé, entre os bons exemplos de música inspirada na geografia ou em temas geográficos, ao lado, por exemplo, da “Gruta de Fingal”, de Mendelssohn, das “Estepes da Asia Central”, de Borodine, do “Rio Moldava”, de Smetana. A “suíte Grand Canyon” é de uma beleza encantadora. O grande Toscanini afirmou que só se dispôs a reger a peça de Grofé depois de ir

pessoalmente visitar o “Grand Canyon” do Colorado: só assim pôde sentir a obra, numa interpretação não superada até hoje.

*

Entre as mais significativas efemérides que assinalaram a vida musical do corrente ano estão os centenários de duas das maiores figuras de compositores franceses deste século: Arthur Honegger e Darius Milhaud, nascidos ambos em 1892 e vivendo, o primeiro até 1955, e o segundo, até 1974. Integraram ambos - e foram certamente suas maiores figuras - o chamado “Grupo dos Seis”, de tanto significado na vida musical da França no período de entre-guerras. A exemplo do conhecido “Grupo dos Cinco”, que existiu na Rússia em fins do século passado, havia entre os seis franceses muita harmonia, coesão, identidade de princípios, comunhão de objetivos e até uma certa filosofia de vida. Apenas as tendências dos dois grupos eram diferentes, pois enquanto os cinco russos desenvolveram-se numa linha em prol do nacionalismo musical, os seis franceses, sem renúncia, é claro, aos sentimentos nacionais, desenvolveram-se numa linha mais vinculada ao impressionismo de Erik Satie, que foi, aliás, o inspirador e mentor do grupo. Formavam-no, além de Honegger e Milhaud, mais Auric, Durey, Poulenc e - coisa rara - uma mulher, Germaine Taillefer, coincidentemente também nascida em 1892. Honegger nasceu no Havre, de ascendência suíça (daí ele sempre se considerar franco-suíço). Deixou obra vem variada: sinfonias, poemas sinfônicos, bailados, músicas incidentais, músicas para filmes, obras corais, instrumentais e orquestrais, música de câmara, canções, obras dramáticas. Neste último gênero, deixou suas maiores composições: “O Rei David”, “Judithe”, e “Joana d’Arc na fogueira”, esta sobre texto de Paul Claudel. Todas elas são rotuladas como oratórios. De seus “movimentos sinfônicos”, dois tornaram-se famosos: “Rugby”, inspirado no conhecido esporte tão do agrado dos norte-americanos, e “Pacific 231”, inspirado numa locomotiva. Aliás, Honegger foi sempre um fascinado pelas máquinas, especialmente locomotivas. Comprazia-se em freqüentar estações ferroviárias só para admirar as manobras dos trens. Seu apartamento era decorado com fotografias de locomotivas dos mais variados tipos. Daí ter se inspirado numa delas, uma “Pacific”, para a sua obra não diria mais popular, mas mais conhecida. “Pacific”, para os não familiarizados com a linguagem ferroviária, era um modelo (não marca) de locomotiva, criada nos Estados Unidos para

a “Pacific Union” (daí seu nome), uma das grandes transcontinentais que cortam o território norte-americano de costa a costa. (*)

*

Darius Milhaud é nome vinculado ao Brasil, pois em nosso país viveu alguns anos durante a Primeira Guerra Mundial, como secretário de Paul Claudel na Embaixada francesa no Rio de Janeiro. Interessou-se pela nossa cultura, notadamente nossa música, chegando a utilizar temas brasileiros em algumas de suas obras. De volta à França, quis testemunhar suas saudades do Brasil e o fez com a peça a que deu exatamente este título, uma suíte para piano constituída de doze pequenas peças, cada qual trazendo como subtítulo um local do Rio de Janeiro, afetivamente vinculado à sua presença em nossa antiga Capital Federal: Sorocaba, Botafogo, Leme, Copacabana, Ipanema, Gávea, Corcovado, Tijuca, Sumaré, Paineiras, Laranjeiras e Paissandu. Sorocaba, aqui, refere-se a uma rua do Rio de Janeiro e não à cidade paulista, da mesma forma que Sumaré é o carioca e não o paulistano, embora este atualmente seja muito mais importante, o que não ocorria no tempo do compositor. Ao vir para o Brasil, já trazia uma boa soma de composições nas diversas modalidades que perlustrou. Já tinha uma ópera (“A ovelha desgarrada”), um bailado (“L’homme et son desir”), a trilogia de Orestes (“Agamenon”, “Les Coephores” e “Les Eumenides”), duas ou três obras sinfônicas, um oratório, três quartetos para cordas, sonatas para piano e canções. No período de entre-guerras, aumentou consideravelmente sua produção. Pretendeu inovar a ópera, criando o que chamou pitorescamente de “ópera minuto”, por serem de fato todas muita curtas, contrastando ironicamente com a tradição francesa da “grand opera”, do século XIX. Se esta é praticamente inexequível nos dias de hoje, dadas as incríveis exigências cênicas, também a “opera-minuto” de Milhaud não pegou. Em matéria de ópera, o francês foi sempre um tanto conservador, preferindo ficar com Bizet, Gounod, Saint-Saens e Massenet. Acrescente-se a favor de Milhaud, a “História de Cristovão Colombo”, “Maximiliano” (sobre o infeliz Habsburgo fuzilado no México) e “As desgraças de Orfeu”, que permanecerão como tentativas felizes de uma renovação da ópera, a exemplo do que se vinha fazendo em outros países. Porém, muito mais expressivos são seus bailados “A criação do mundo” e “Um boi no telhado”, este utilizando temas brasileiros. A música sacra aparece razoavelmente na obra

(*) Sobre esta obra de Honegger, v. artigo de José da Veiga de Oliveira em o n° 142 desta publicação.

de Milhaud. Sendo de origem judaica, musicou alguns salmos, um trecho dos "Cânticos dos Cânticos" e compôs uma longa obra inspirada na liturgia do culto judaico. A obra ecumênica do Papa João XXIII tocou a sensibilidade de Milhaud, e sua última composição foi um oratório para coro e orquestra utilizando o próprio texto da conhecida encíclica "Pacem in Terris". E o próprio Milhaud afirmou que a primeira apresentação pública desta obra já se revestira de um caráter ecumênico: o texto era de um papa, a música, de um judeu e a execução da obra esteve a cargo de um protestante, o grande regente Charles Munch...

*

Encerraremos este já longo desfile de grandes figuras da História da Música, com o único brasileiro, o paulista Alexandre Levy nascido em 1864 e falecido, com apenas 28 anos, em 1892. Vivendo tão pouco, não teve oportunidade de produzir muito, mais firmou seu nome como um dos pioneiros do nacionalismo musical brasileiro. Suas primeiras composições já revelam essa orientação, especialmente as "Variações sobre um tema brasileiro", nas quais empregou tema da canção "Vem cá, Bitu", divulgada por ocasião de uma catástrofe em que perdeu a vida o tipo popular desse nome, no ano de 1811; difundida em todo o país, tornou-se uma das mais conhecidas melodias. Em 13 variações de atmosfera francamente teuto-romântica, ora lembrando Mendelssohn, ora Schumann, o jovem compositor transformou essa melodia de maneira muito hábil, envolvendo-a nos artifícios rítmicos e harmônicos ditados pela sua musicalidade e excelente formação. A obra foi originalmente concebida para piano e mais tarde orquestrada pelo próprio autor. Uma breve, mas proveitosa permanência na Europa fez-lhe ver a necessidade de uma música de inspiração nacional, a exemplo do que estava acontecendo em muitos países. De fato, a época em que esteve no Velho Mundo coincidiu com o surgimento e desenvolvimento do nacionalismo musical especialmente nos países "menores" (musicalmente falando), como a Rússia, a Escandinávia, a Tchecoslováquia, a Espanha, a Polônia, a Romênia, a Hungria, estendendo-se sua influência até à América, nos Estados Unidos, em Cuba e no México. Nosso país ficou bastante alheio a esse movimento. O nacionalismo musical no Brasil vai surgir bem mais tarde, já no início deste século. Por isto, é que devemos valorizar a obra de alguns pioneiros, como o paranaense Basílio Itiberê, o cearense Alberto Nepomuceno e o paulista Alexandre Levy. Este, tendo sido, dos três, o que menos viveu, não teve condições de realizar na medida em que o desejava

sua tarefa de descobrir o nacionalismo musical entre nós. De fato, foi só em 1890, já no fim de sua curta vida, que apareceram suas obras mais caracteristicamente nacionais: o “Tango Brasileiro” e a “Suíte Brasileira”, esta constituída de quatro movimentos intitulados “Prelúdio”, “Dança rústica”, “À beira do regato” e “Samba”. Nesta obra, o compositor emprega, a par de temas originais, de caráter nacional, algumas melodias populares: o já citado “Vem cá, Bitu”, a chula paulista “Se eu te amei” e o “Balaio, meu bom balaio”, já utilizado anteriormente por Basilio Itiberê em sua célebre “Sertaneja”. De Alexandre Levy, escreveu Renato de Almeida: “Era um romântico apaixonado, que olhava o mundo com melancolia e cuja juventude viera nimbada por um véu de tristeza, um estado d’alma schumanniano, tal a influência do grande musico alemão”. Registre-se, para encerrar, o trabalho admirável da pianista paulista Eudóxia de Barros gravando, em alguns discos, a obra mais significativa (para piano) do grande compositor.

Como disse de início, dar-me-ei por recompensado se esta palestra, longa e um tanto desalinhavada, tiver servido para que meus preclaros confrades possam ter uma idéia do que representaram para a História da Música, cada um em seu tempo, os 14 nomes nela evocados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA CRÍTICA DA HISTÓRIA E A RENOVAÇÃO DA CULTURA HUMANA

Luiz Alberto JORGE

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho visou, basicamente, proporcionar melhores condições à pesquisa sobre os relacionamentos existentes entre a Filosofia Crítica da História e a renovação da cultura do homem no tempo. Que novas perspectivas se revelem no futuro aos estudiosos da História, incrementando e debate, cada vez mais amplo, na focalização das causas da vida humana e do processo de seu desenvolvimento sobre a Terra.

II - DE VOLTAIRE À CONCEPÇÃO DO MUNDO E DA CULTURA SEGUNDO ALBERT SCHWEITZER.

Inicialmente, convém discernir bem o significado de “Filosofia da História” que, para Marrou, é distinto de “Filosofia Crítica da História”.

Empregado pela primeira vez, em 1766, por Voltaire, esse termo foi usado depois pelo filósofo Herder em sua obra “Idéias para a Filosofia da História da Humanidade”, em 1784; divulgando-se, em seguida, a expressão já adaptada por várias línguas. Em alemão, Geschichtsphilosophie - Filosofia da História - é denominação usada para indicar, também, a disciplina filosófica que se refere ao valor do conhecimento histórico e da metodologia histórica em geral.

Aos que julgam o processo histórico determinado por motivos ou causas universais e necessárias, a expressão “Filosofia da História” é

muito natural e lógica enquanto os tomistas divergem na aceitação da legitimidade da mesma. Podemos considerar aceitável a legitimidade da Filosofia da História que será a base natural da Filosofia Crítica da própria História.

As diversas tentativas de interpretação da História através dos tempos nos mostram uma necessidade, praticamente inata no homem, de reflexão sobre o viver histórico, que se prolonga, sem cessar, na procura de um sentido para a existência, quer no plano individual, quer no coletivo.

A rigor, não distingüimos Filosofia da História de Filosofia Crítica da História, considerando dispensável tal distinção (apenas realizada para fins didáticos), apesar de a mesma ser endossada por grandes cultores da História.

Segundo Marrou “é inútil elaborar o inventário dos testemunhos que atestam a chamada crise da História”. Seria, porventura, a causa fundamental desta crise, a dissociação criada, artificialmente, entre a História, encarada como ciência, e a “Filosofia da História”?

Vários pensadores contemporâneos contribuíram para o desenvolvimento de uma historiografia que se preocupe, em ampla escala, com o sentido da vida humana, com o fim último da própria História. Dentre eles podemos destacar: Benedetto Croce, Oswald Spengler e Albert Schweitzer, cujas obras serão objeto de nossa análise.

Constatamos que, para Croce, a Filosofia da História integra a fenomenologia do erro. Em que argumentos se fundamentou ele ao afirmar que “Como as religiões, as filosofias da História tendem a tornar-se transcendentem e levam em si as más conseqüências da ética transcendente, mais ou menos material e materialística?”. Como se tornariam más as conseqüências de tal ética? E a mesma ética deveria ser classificada como mais ou menos material e materialística? A Filosofia, concebida fora e acima da História, e relacionada com os supremos problemas, traria, necessariamente, lamentáveis conseqüências para a humanidade? Na chamada “Filosofia da História”, a filosofia acabaria por se “dissolver” na historiografia?

Oswald Spengler é outro nome de relevo na historiografia contemporânea. Para Will Durant Spengler “é um homem que, com um livro - “O Declínio do Ocidente” - se colocou à testa da filosofia contemporânea. Apesar de não concordamos com o seu menosprezo à cronologia e à relatividade histórica (ressaltada em termos absolutos) e com a negação de um significado à história humana, não deixamos de reconhecer sua obra

como necessária para uma visão que não representa mais uma face do materialismo que não consegue acabar com o egoísmo dos homens no mundo.

Da grandiosa obra de Albert Schweitzer analisamos a primeira parte de sua "Filosofia da Cultura" (in SCHWEITZER, Albert, "Decadência e Regeneração da Cultura"), pois nela a filosofia crítica aparece, também "como uma participação no combate pela defesa da cultura, pela salvação de nossa civilização". Desta mesma parte salientamos sua concepção do mundo e da cultura. Para ele o futuro da cultura depende, incontestavelmente, da possibilidade de o homem chegar a "uma concepção do mundo, que encerre em si o otimismo". Após analisar esta obra podemos perguntar: Será que a Terra ainda dispões de mentes aptas a orientar a humanidade no caminho do auto-aperfeiçoamento de sua vida espiritual?

As reflexões ensejadas por esta questão nos encaminham aos estudos sobre o método do historiador da filosofia, no desempenho de seu ofício, lançando luz sobre a "historicidade" de toda a história, pela compreensão da estrutura da história da filosofia.

Os problemas metodológicos, que dizem respeito à História da Filosofia, especificamente, podem ser centralizados em dois temas: o sistema e o sentido singular da filosofia. As diversas filosofias, do ponto de vista do caso limite, formariam apenas uma filosofia, enquanto as filosofias de História seriam episódios da mesma. Grande parte do trabalho historiográfico encontra-se fundamentado nesse modelo hegeliano. As seqüências poderão ser curtas, parciais, mas a inteligibilidade, colocada em ação, será amplamente hegeliana e compreendida enquanto situada num quadro de desenvolvimento determinado. Mesmo os historiadores da filosofia/que manifestam prevenções contra o "sistema", aderem a esse tipo de visão. Descartes, Spinoza, Leibniz, Kant, numa seqüência clássica, se revelam, pela história da filosofia, na França. Na Alemanha expressou-se a série: Kant, Fichte, Schelling, Hegel. A compreensão aqui é realizada pela visão da totalidade. Spinoza, por exemplo, representa "a filosofia da substância, excluindo a subjetividade". Sem a reflexão, a subjetividade é alijada da substância, o que proporciona à filosofia a condição necessária para que a mesma se transforme em Ética.

As filosofias como essências singulares são extremamente isoladas. Não é simples a apreensão do sistema, assim como é complexa a chegada à singularidade - o historiador sempre se conserva numa posição intermediária quanto à apreensão do real; sem atingir a essência da singularidade, ao nível de gêneros comuns, como: o realismo, e materialismo,

o idealismo, o espiritualismo, etc. Sem a chegada à singularidade, cristalizam-se as concepções da realidade na tipologia, que é uma forma de compreensão do mundo real, segundo a lógica humana.

A história se humaniza quando, explicitada ao nível da filosofia, tende para sua própria expressão num sistema. O sistema opera um processo de clarificação da consciência humana à luz da linguagem filosófica e, portanto, promove a racionalização da própria história. De acordo com esta linha de pensamento, como se poderá inserir a história da filosofia no contexto da história geral?

É sempre por via indireta que a obra filosófica se relaciona com sua época. Manifesta-se aqui, evidentemente, a necessidade de se compreender uma filosofia na medida em que a representação da época transcenda o limite da estreiteza de sua situação.

A história da filosofia se refere à história propriamente dita (aqui tomada em seu significado científico, especificamente) sempre que avança além da causalidade histórica. Aspectos antes insuspeitados do processo histórico se revelarão, doravante:

A história passa a ser compreendida como uma manifestação de um sentido de emergência de singularidades, representadas por fatos, realizações ou pessoas. É no discurso filosófico que o modelo estrutural e o factual da história se manifestam separadamente.

Potencialmente una, a história não é apenas singular, mas plural, pois é a própria vida dos homens em comunidades e como membros de diversas civilizações. É na manifestação lógica (e bem explícita) do discurso filosófico que a compreensão da história se expressa em seu duplo significado: o teleológico e o de encadeamento de singularidades.

O limite natural da compreensão da história é representado pela abolição do sistema como quadro limitativo da mesma, segundo depreendemos da leitura da obra de Eric Weil. Por outro lado, paradoxalmente, toda obra filosófica é, de certo modo, o objetivo, o fim da história. O sistema, entretanto, não é, simplesmente o fim da história (em sentido diverso), porque não provoca a anulação de toda historicidade na lógica; mas, sim, a sua transcendência. A singularidade, considerada como fim da história, também não nega o significado histórico da vida humana, mas nos revela nossa situação aquém em relação ao discurso filosófico e a singularidade absolutos.

A necessidade de maior esclarecimento da magna questão, ora abordada, nos conduz à reflexão sobre três cortes fundamentais, três leituras

básicas ou três níveis de compreensão da própria história: o nível abstrato do progresso, o nível de ambigüidade da existência e o nível misterioso da esperança do homem.

É na seqüência temporal das obras humanas que se admite a ocorrência do progresso. O mundo da técnica, no sentido restrito, não resume a totalidade instrumental do homem. O próprio saber é instrumento; pois tudo o que o homem sabe se estratifica ou se sedimenta, similarmente ao que acontece com os utensílios. Nessa linha de pensamento, dizemos que os pensamentos novos se servem, instrumentalmente, dos antigos e se projetam na vanguarda da história.

A unicidade da história das técnicas e das invenções aparece, mais nitidamente, em relação à personalidade do inventor, que se coloca em plano secundário (e se oculta ou é esquecido, completamente, quando seus inventos caem no fluxo da história comum) no contexto do desenvolvimento “anônimo” do poder e do saber humanos.

A aventura do conhecimento se integra no quadro geral do evoluir da consciência como participante da ampla categoria do instrumento. A capacidade reflexiva, o autoconhecimento e a própria visão da condição humana, somam-se (de acordo com a acepção ora desenvolvida) como instrumentos da vida coletiva.

Ao romper a repetição que assinala (de um modo permanente e não reflexivo) a sucessão de fenômenos na natureza, o homem produz história, integrando o próprio ambiente natural em que vive à sua história.

A verdadeira epopéia da vida coletiva torna-se acentuadamente ambígua quando se refere à vida do homem singular, concretamente. Caracteriza-se em cada era, no curso das civilizações, os tempos da fortuna e de perigo. Tal ambigüidade está ligado à evolução de saber ou da consciência humana (e nos passa do nível de um progresso impessoal ao nível da historicidade do homem concreto).

Há diversas civilizações e, entretanto, uma única humanidade considerada sob o conceito de progresso. Uma unidade de projeto em suas vidas unem os homens em cada época, definindo, outrossim, um espaço comum de civilização. Toda civilização produz, portanto, um programa ou estilo de vida, pleno de valores e aspirações.

A chamada “história integral” nos inquieta por perturbar nossa limitada lógica historicista. Inúmeras causas longitudinais inerentes a cada série de fatos e alterações transversais de uma série a outra superam as “explicações” das dialéticas simplistas nas quais muitos intérpretes da

História tentam enquadrá-las. Segundo P. Ricoeur: "...é por exemplo verdadeiro, em certo sentido, que o estado das técnicas 'comanda' todo o processo social, mas, achando-se aquele na dependência das ciências e, em particular, das matemáticas, as quais estiveram historicamente vinculadas às grandes metafísicas: pitagórica, platônica, neoplatônica (na Renascença), e assim as diferentes histórias de tal maneira se implicam em todos os sentidos que todos os sentidos interpretativos são ingênuos e prematuros. A historicidade da consciência histórica de cada época revela uma síntese não totalmente lógica de desafios descontínuos ao longo de períodos entremeados de vitalidade, retardamento e estagnação das civilizações que se sucedem no tempo.

O antigo método histórico destacava excessivamente a história das dinastias, batalhas, divisões, incios e finais de períodos diversos; levando a história a perder-se no arbitrário, na esfera do acaso, do irracional.

A "historicidade" da História é real porque há eventos singulares significativos. Não se deve, entretanto, mascarar a importância de uma história fundamentada em fatos, pois é por causa dela que o homem se encontra no processo.

Um traço novo desta história concreta é a situação do "político" na mesma. Há, evidentemente, uma relação direta entre o relativismo dos eventos e o fator político no contexto histórico.

O poder é a magna questão da política e as atividades que com ele se relacionam terminam por condicionar o destino de um povo, direta ou indiretamente. Não se deve, entretanto, exagerar a identificação do relativismo do fato com seu aspecto político: as artes e as ciências, por exemplo, manifestam períodos de crise ou de criação nem sempre coincidentes com os grandes eventos políticos revelados no curso do processo histórico.

A dupla face e privilégio das crises políticas manifestam, inicialmente, a vontade e destino material das civilizações; fazendo surgir (no âmago da historicidade humana) o sentido de culpa na complexa trama de civilizações em relação.

Numa dimensão mais ampla (em que a História tende a transcender a si mesma em sua aceção formal) o processo histórico se expressa como a própria vida revelando projetos dos homens que, entretanto, são seres em projeto a vencer desafios constantes num mundo pleno da necessidade de decisões e mergulhado em inúmeras crises. A dramaticidade inserida na historicidade humana pelo sentimento de culpa é sinal da própria ambigüidade da vida dos homens na prática de uma dialética que conduz à vitória ou à

derrota, ao sucesso ou ao fracasso, ao avanço ou ao retrocesso: trata-se de uma história aberta por causa das incertezas do campo em que se desenvolve, das chances e perigos em que os homens, seus agentes, se envolvem. Seguindo a mesma diretriz em nossa análise, podemos afirmar que a visão (e vivência) do drama da história humana se afinam mais com o sentido cristão da própria história do que com o racionalismo dos iluministas.

A concepção cristã da história não finda, entretanto, com o processo em que se encadeiam decisões e crises, mescladas com traços de grandeza e culpa. O centro desta interpretação (e do próprio Credo Cristão) se revela entretanto na salvação dos homens a não na crença no pecado. Uma unidade de sentido é perceptível: é a própria vida, corajosa e consciente, dos homens no processo histórico.

O cristão, ao viver na ambígua história profana, expressa a esperança de que a mesma integre o sentido que a história sagrada realiza ou desenvolve. Tal sentido da história liga-se diretamente à fé; enquanto o progresso manifesta o racional na história e a ambigüidade demonstra o que há de irracional nela, o sentido da história para a esperança cristã (que transcende o significado formal de uma teologia) é supra-racional e escatológico.

Para o cristão a ambigüidade e os perigos da História não se tornam causa de temor ou desespero pois a esperança cristã é esperança para a História. Os fins visados pelas obras humanas podem mudar, mas a relação de valor é incontestável onde quer que haja cultura.

Filósofos, em diversas sociedades, podem afirmar que os fins da cultura são ideais ou neutrais, que são idéias ou juízos de valor ligados a uma visão espiritual da vida ou aos bens naturais ou objetivos que interessam ao homem enquanto considerado como ser biológico. Estes filósofos concordam, geralmente, em que o homem deve agir visando o seu próprio bem, sendo a medida de tudo a que existe.

O pragmatismo de orientar todas as coisas para benefício da humanidade parece torna-se, praticamente, irrealizável. Nenhuma cultura, entretanto, é verdadeiramente humanista de modo pleno, mas as culturas particulares, que existem de fato, costumam considerar-se centro e origem dos valores sociais, buscando tudo o que possa beneficiá-las, em nome de uma posição especial, pois representem algum traço, característica ou bem universal.

Embora a cultura em todas as suas manifestações se volte para a realização material e temporal dos valores humanos, ela não indica a aceitação de fato de bens concretizados pelos homens como necessariamente

materiais em termos absolutos. A cultura não é, portanto, exclusivamente materialista. Até as concepções econômicas de cultura reconhecem a existência de valores não materiais na vida humana. Há um empenho humano dirigido à incorporação em formas visíveis, concretas, perceptíveis naturalmente de tudo o que é formado pela imaginação. As realizações dos propósitos se efetuam em matéria mutável e sujeita à destruição e toda atividade cultural é quase tão dedicada à preservação de valores quanto à sua produção real. As leis, os costumes, as interações sociais, as correntes ou tendências de pensamento, as escolas, religiões, artes, linguagem e moral. A cultura deverá sempre ser preservada principalmente em relação aos poderes gerados pela razão humana mas que conduzem a resultados desumanos.

Há um pluralismo que caracteriza a cultura dos homens. Neste desenvolvimento pluralista, as particularidades e interesses especiais de cada indivíduo são focalizados, levando-se em conta a interação homem/natureza e homem/realidade extra-física ou supra-natural. Na cultura em que vivemos, entretanto, a unidade entre os valores materiais e os não materiais não é geralmente reconhecida. Via de regra não se admite, de forma concreta, uma natureza autônoma em relação à cultura quando se trata do que é humano.

Perante as complexas realidades da existência humana um diálogo fundamental se revela para que todo homem, não apenas o cristão, supere compreendendo e atuando, satisfatoriamente, em sua época, os limites de sua própria condição humana: é o diálogo infindável entre Cristo e a cultura.

Subjacente às cristologias e doutrinas da salvação, de um modo geral, situa-se o conceito de que a condição da vida humana é fundamentalmente marcada pelo conflito entre o homem e a natureza. O homem se revela capaz de confrontar as forças impessoais e naturais, geralmente fora de si mesmo, mas, também, em parte, dentro de si.

Quando o homem, utilizando sua experiência e capacidade de reflexão, se assegura que não se reconciliará consigo mesmo negando a natureza e a cultura no intuito de obedecer a Cristo, acabará, finalmente, procurando uma reconciliação entre Cristo e a cultura sem negar a importância de um ou outra e a necessidade maior dessa compreensão. A premência de estabelecimento de uma síntese, entre razão e revelação, onde a pesquisa filosófica e a proclamação profética se combinam é a decorrência natural desta postura em que a unidade dos homens, como seres sociais, se une, indissolivelmente, ao impulso direcionado à integridade moral e intelectual, no caminho do auto-aperfeiçoamento.

Diante da História, a rigor, não poderíamos estabelecer um balanço global a não ser que nos encontrássemos fora dela; é por isso que se admite, nesta acepção interpretativa, o sentido total da mesma como objeto da fé e não de nossa razão como o chamado “progresso instrumental” (melhor diríamos, entretanto, além de objeto e fé, objeto que transcende a razão, posto que fundamentado na intuição).

Os resultantes teóricos e práticos dessa postura perante a História são extraordinariamente significativos: a esperança ao resumir a ambigüidade da vida humana e manifesta incerteza de sua história nos revela a procura de um sentido, a busca de uma compreensão sobre essa ambigüidade do homem, considerada a penúltima etapa antes da meta final de sua vida ser atingida. O cristão, sob as bases de sua fé, conforme sua esperança, ensaia esquemas reflexivos, adotando, como hipóteses, parcelas de Filosofia da História.

Quanto ao influxo da esperança cristã, na pesquisa e ação humanas neste mundo, podemos asseverar algo. Há um significado e uma procura de finalidade para a vida humana, de acordo com tal esperança. Esse sentido, entretanto, é oculto e não anula a ambigüidade da chamada história profana de imediato; mas nos demonstra que cada história pessoal e profana faz parte da história sagrada. Este sentido cristão da História é objeto de fé e supra-racional. Para os cristãos, metodologicamente, o sentido do mistério incita à preocupação quanto às diversas perspectivas históricas.

Sob o signo do mistério, a percepção da pluralidade das vocações históricas e das próprias civilizações deve ser conservada em virtude da necessidade de se obter um sentido global mais compreensível e eficiente, não apenas sobre uma época, mas sobre todas as eras, no dinamismo do processo histórico.

III - CONCLUSÃO

Não podemos, na interpretação da pluralidade do agir humano, nas civilizações respectivas, definir cultura com uma visão estreita, relacionando-a com algum período especial de realização do homem em sociedade. A cultura é distinta, num sentido prático e/ou objetivo, como fazer da transformação da sociedade, tanto da religião quanto em relação ao Estado, conforme a abalizada análise de Jakob Burckhardt, que a diferencia dos outros dois poderes pelo seu caráter não autoritário; manifestado, de um modo geral, por estes últimos no desenvolvimento das civilizações no

mondo. Ela é a síntese do que surgiu para a evolução da vida material e para a expressão da vida moral e espiritual, segundo Burkhardt. A cultura está, portanto, íntima e inextricavelmente ligada à vida humana em sociedade.

Cada pessoa possui uma visão geral do mundo em que vive, certa filosofia, que afeta suas realizações, relativizando-as. Nossas resoluções e posicionamentos, perante os problemas ou desafios que enfrentamos, são relativos, por nosso conhecimento fragmentado ou parcial da realidade, por nossa fé imperfeita, nossa situação histórica a nos inclinar enfim para a relatividade dos próprios fatos que vivemos ou que nos rodeiam. A aceitação de nossa relatividade não significa ausência do Absoluto em nós. Ao tratar com nosso relativismo coisas, fatos, movimentos e pessoas deveremos, sempre, considerar nossa relação com Deus. Ciência e Fé, Progresso e Escatologia, História e Mistério se unem num mesmo processo e se ordenam numa multiplicidade de relações, efetivamente pois entre a percepção e dever relativos e a fé em Deus não há transigência, pois não se transige com o que é incomensurável. Em nossa relação com o Absoluto só existe uma dimensão temporal: o presente. Em nossa vivência histórica presente agimos, individualmente, com liberdade e fé muitas vezes, mas não de forma independente ou renegando, em termos absolutos, o auxílio da razão.

IV - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BESSELAAR, José Van Den, *Introdução aos Est. Históricos*, SP, Ed. Herder, 3ª ed., 1970;
- CROCE, Benadetto, *A História - pensamento e ação*, RJ, Zahar Ed., 1962;
- DURANT, Will, *Os grandes pensadores*, S. P., Cia. Ed. Nacional, 1965;
- MARROU, M. I., *Do conhecimento histórico*, Lisboa, Ed. Aster, 2ª ed., s/d;
- NIEBUHR, H. Richard, *Cristo e Cultura*, RJ, Ed. Paz e Terra Ltda., 1967;
- SCHWEITZER, Albert, *Decadência e Regeneração da Cultura*, Sp, Ed. Melhoramentos, 3ª ed., 1964;
- SPENGLER, Oswald, *La Decadência de Occidente*. Madri, Espasa-Calpe S. A., 10ª ed., 2 vol., 1958.

UMA INTRODUÇÃO À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA DAS SOCIEDADES

João RIBEIRO JÚNIOR

INTRODUÇÃO

Os estudos históricos avançaram tanto neste século que os conhecimentos dos historiadores do passado nos parecem hoje apenas meras noções rudimentares e incompletas da realidade.

É verdade que Políbio e Vico tiveram já uma idéia clara da necessidade de descobrir as leis que regem a evolução da humanidade; mas os meios ao seu alcance não lhes permitiram mais que pôr o problema.

Hegel teve uma intuição primacial da morfologia da História Universal, superando a divisão tradicional da matéria, invariavelmente reduzida até então a três grandes partes: antigüidade, idade média e tempos modernos. Não só examinou a história atendendo à evolução e desenvolvimento das diversas culturas, como a chinesa e indiana, como intentou dar um sentido filosófico a todo o processo geral em conjunto.

Karl Marx, ainda que não dispendo de dados históricos suficientes para chegar muito mais longe que Hegel, conseguiu assinalar três ou quatro grandes épocas, correspondentes a outros tantos tipos de estrutura econômica; mas sem apreciar ainda o quadro humano na sua totalidade.

Não obstante o seu profundo conhecimento da filosofia hegeliana, Marx estava involuntariamente influenciado pela divisão tradicional, pelo que, com freqüência, só distingue três grandes épocas: a da economia escravagista, a da economia servil e a da economia de salários, que se identificam com a sociedade antiga, com a sociedade feudal e com a sociedade burguesa. Essa divisão da realidade está, como se vê, dominada pela idéia das três épocas históricas: antigüidade, idade média, tempos modernos.

É certo que, sob a influência hegeliana, agrega a economia asiática, como um quarto tipo, ao que se refere em certa ocasião; mas não chega a realizar a dupla distinção indispensável entre a evolução de diversas culturas autônomas, e etapa das distintas no processo daquelas realidades sócio-políticas, econômicas e culturais.

Podemos censurar Karl Marx por esta divisão, alegando que a historiografia moderna entende que essas fases da realidade histórica (economia asiática, economia antiga, feudal e burguesa, ou seja, economia de escravidão, economia servil e economia de salários) são quatro formas de estrutura econômica que se sucedem e se entrecruzam na realidade, formando as mesclas e as sucessões mais bizarras. Ela conhece um medievo ou feudalismo egípcio como conhece um medievo ou feudalismo helênico. Porém, foi só com a historiografia moderna que se chegou a essa conclusão.

Até que Oswald Spengler, com sua obra *A Decadência do Ocidente* (1817), formulasse a sua morfologia da História, não ficou definitivamente estabelecido que a História da Humanidade não constitui todo homogêneo, mas que se integra com as várias histórias de diversas civilizações autônomas, cada uma das quais tem, no tempo e no espaço, o seu processo de evolução próprio e independente das outras. Spengler vê o fenômeno de múltiplas culturas poderosas, que florescem com vigor cósmico no "seio da terra mãe", a qual cada uma delas está unida por todo o curso da sua existência.

Por último foi necessário que a evolução das sociedades humanas revivesse, em nossos dias, páginas esquecidas da história da Grécia e Roma, para que pudéssemos descobrir o verdadeiro sentido de capítulos inteiros de Aristóteles, mil vezes lido durante séculos anteriores, e totalmente incompreendidos até hoje, por aludirem a realidades vividas pelos gregos, mas desconhecidas ainda no processo da nossa própria civilização.

É claro que enquanto o homem da Europa ocidental vivia numa etapa feudal, não podia compreender nem interpretar a obra de escritores que viveram numa etapa avançada da cultura urbana, como a grega do século III a.C. ou a romana do século II d.C. A política e os problemas sociais com que lutam os homens que habitam grandes cidades, jamais poderão ser compreendidos por um povo de agricultores.

Hoje, a civilização ocidental superou, no seu processo evolutivo a todas as civilizações que a precederam. Por conseguinte, no nosso próprio passado encontramos o equivalente de qualquer das épocas vividas pelos homens das civilizações mortas; em outros termos, em nosso passado

encontramos o equivalente a realidade grega, romana, egípcia, chinesa ou indo-americana. Isto, unido ao nosso crescente conhecimento de cada uma dessas civilizações, nos dá uma perspectiva histórica que torna possível um estudo comparativo do passado.

Um estudo comparado da realidade das várias civilizações, tem por objetivo encontrar certos processos comuns a todas elas. Comprovada a existência de notáveis concordâncias na evolução relativa de cada uma, com a evolução paralela das outras, investigaremos as fórmulas que explicam as mencionadas concordâncias. Se fazemos, contudo, um estudo comparativo dos diversos tipos de estrutura social, econômica, ideológica, cultural e política da realidade dessas diversas civilizações nos distintos momentos do seu processo evolutivo, poderemos chegar a conclusões definidas sobre a interdependência que existe entre as formas econômicas, as formas políticas e as formas ideológicas, em cada um dos ditos momentos da realidade.

Evitando toda a conclusão que possa ser causa de controvérsia, estamos já em posição de fazer certas afirmações geralmente aceitas. Essas afirmações, que retificam erros dos historiadores do passado e nos brindam com um panorama histórico mais completo e claro, da realidade concreta.

As afirmações podem sintetizar-se em seis:

1. Dinamismo Social. A humanidade não permanece estática.

A vida do homem sobre a terra caracteriza-se por uma série de esforços, reações do meio sobre o homem e do homem sobre o meio, encaminhados para lograr um melhor ajuste entre um e outro. Essas ações e reações recíprocas determinam mudanças constantes de procedimentos materiais, instituições sociais e idéias. A vida do homem em sociedade é profunda e perpetuamente dinâmica.

2. Progresso Integral. Se examinarmos a humanidade no seu conjunto, observamos que seguiu uma linha geral de progresso. Todas as manifestações da vida do homem, tanto as materiais como as morais, aparecem em cada grande momento histórico como superiores, como mais avançadas do que eram em épocas anteriores. Esse progresso global só se pode apreciar, claro está, se consideramos a humanidade no seu conjunto; posto que ainda hoje há grupos humanos que têm um nível de vida muito primitivo. Tampouco se pode apreciar esse processo global senão comparando épocas muito distantes entre si. Entre etapas separadas por poucos séculos o progresso é, às vezes, imperceptível: mas, não há dúvida alguma, que entre o homem atual e o homem do Cromagnon, por exemplo, medeia um abismo

que revela a rota ascendente seguida pela humanidade durante vários milhares de anos.

3. Diversidade de Culturas. Esta rota ascendente não foi seguida simultaneamente em todas as regiões do mundo e por todos os grupos humanos. Iniciada por certos grupos de indivíduos, em determinadas zonas terrestres, esses grupos seguiram certo processo da evolução próprio e independente. Cada processo evolutivo constituiu uma determinada cultura ou civilização (chinesa, indiana, ocidental, etc). Muitas culturas se extinguíram ou se estancaram; mas, no seu lugar, outros grupos humanos iniciaram mais tarde culturas novas. O processo humano integral é progressivo porque, ainda quando as várias culturas se costumam desenvolver com inteira autonomia uma das outras, todas, e cada uma delas, deixaram contribuições e aportações ao progresso integral humano, que foram recolhidos, direta ou indiretamente, pelos grupos humanos subseqüentes.

4. Etapas da Evolução. Se bem que essas diversas culturas sejam dinâmicas, os costumes, os procedimentos materiais em uso, as idéias e as instituições de cada uma delas não são sempre os mesmos, através de todo o seu processo histórico, senão que mudam profundamente de tempos a tempos. Os historiadores do passado por falta de conhecimentos suficientes, e ainda muitos historiadores modernos, sem justificação de nenhuma classe, assumem uma posição estática, na sua descrição da vida e instituições dos povos históricos, que é causa de confusão infinita e erro inevitável. Muitas histórias nos descrevem, em capítulos inteiros a realidade dos romanos, a realidade grega, a realidade egípcia, como se cada um desses povos houvera mantido inalteráveis desde as suas origens, até a sua dissolução, os mesmos costumes, a mesma religião, as mesmas leis ou as mesmas instituições políticas; em suma, a mesma realidade, que lhes deu origem. É evidente, contudo, que as características gerais da Grécia de Homero e da Grécia de Péricles, por exemplo, são tão diferentes entre si como as características gerais da França de Carlos Magno e a França de Napoleão, o Brasil Monárquico de Pedro I e o Brasil Republicano de Getúlio Vargas. Na evolução de cada cultura é indispensável distinguir etapas diversas, com características próprias.

5. Concordância dentro de cada etapa da realidade. Se analisarmos estas diversas etapas da realidade, comprovaremos que a evolução não se produz nunca num só aspecto isolado das atividades humanas; isto é, que um povo não evoluciona unicamente na ordem econômica, ou unicamente na ordem moral, senão que entre todas essas diversas manifestações da realidade concreta há uma interdependência

relativa, por conseqüência, marcadas concordâncias. Com efeito: certas formas de produção vão sempre acompanhadas de certas formas políticas, de certas formas sociais e de tipos determinados de direito, de religião e de cultura. Sem pretender ainda assinalar relações de causa e efeito, devemos reconhecer a existência de tais concomitâncias, pois para isso basta a mais sumária análise.

6. Ordem de sucessão das etapas, segundo o seu grau de complexidade. Como cada realidade vive um processo dinâmico, é claro que vai passando sucessivamente de uma etapa a outra. Pois bem: como em cada etapa sucessiva o homem goza dos progressos realizados durante a etapa precedente em todos os aspectos da vida, é evidente que cada uma das etapas de uma dada realidade tem de ser mais avançada e mais complexa que a que a precedeu. Se cada etapa é mais complexa e avançada que a precedente, precisamente porque usa e desfruta das contribuições ou aportações derivadas da etapa anterior, é também evidente que a ordem de sucessão não se pode inverter. É bem claro que a invenção da Imprensa, por exemplo, não pode preceder a invenção da escrita, nem a construção de barcos a vapor pode preceder o descobrimento das máquinas a vapor na Revolução Industrial. Da mesma maneira, uma era de grande intercâmbio comercial não se pode produzir numa época de escassos meios de comunicação e péssimas vias ou rotas; nem uma religião de avançados princípios morais e metafísica abstrata, pode apresentar-se num povo que pratica a vida material dos, por exemplo, bosquímanos, ou dos nossos índios.

Se logramos identificar vários tipos características nas diversas etapas de evolução social, e se cada um desses tipos é mais complexo que o precedente, há entre todos eles uma ordem inevitável de sucessão que não pode saltar-se nem inverter-se. Isto, porém, para o processo evolutivo de cada realidade concreta, pois já vimos que nem todos os grupos humanos realizam o seu progresso simultaneamente e, por conseguinte, se compararmos diversas realidades entre si, atendo-nos a um critério rigorosamente cronológico, descobriremos, por exemplo, que o feudalismo egípcio precede no tempo a antigüidade helênica. Tais são, em síntese, as seis fórmulas da Filosofia da História que lograram uma aceitação geral. Partindo delas, como base, necessita agora ver-se se logramos superá-las, fixando uma relação causal às concomitâncias que observamos, mas cuja razão íntima de ser ainda não determinamos.

Entendemos que a Filosofia da História é uma interpretação integral da vida.

Quando tivermos realizado um exame compreensivo da evolução, da humanidade, nas diversas manifestações da atividade social do homem, integrado em sua realidade, descobrindo fórmulas gerais aplicáveis ao processo evolutivo no seu conjunto, estaremos em presença duma verdadeira filosofia da História.

A RELAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES, OS HOMENS E AS IDÉIAS - O DISCURSO COMPETENTE

Que é uma sociedade? Como funciona e se mantém o vínculo agregativo?

Uma recapitulação sucinta, sintética e comparativa das mais significativas respostas dadas a tal pergunta, no curso da História, constitui um indispensável esclarecimento prévio para a compreensão da forma pela qual presentemente se encontra formulada a problemática da sociedade.

“Em toda sociedade humana em que seja atingido um certo grau de cultura, podem distinguir-se duas ordens de força que lhe asseguram a coesão: umas são intelectuais ou morais; as outras materiais”. (Gaetano Mosca e Gaston Bouthoul, *História das Doutrinas Políticas*, 1975, p. 11).

O primeiro grupo, manifesta-se pela existência das “idéias fundamentais” do grupo, conforme tivemos oportunidade de expor acima. O segundo grupo - as forças materiais -, agem elas através da administração e da hierarquia que, dispondo de meios de coerção necessários, sabem e “podem guiar a ação da massa para os fins” que interessam às classes dirigentes.

Podemos afirmar que existe uma íntima relação entre as idéias de uma determinada época e suas práticas; é a própria ação cotidiana que engendra a teoria crítica de si mesma; é nos possível conhecer o pensamento de determinada época, a partir do entendimento de suas instituições, pois, ao contrário, é bastante penoso e difícil adquirir exata noção das doutrinas que se elaboraram num certo período histórico e numa sociedade determinada, sem se ter exata noção da organização política que existia naquele meio à mesma época.

Deve-se ressaltar que, mesmo assim, é difícil avaliar com alguma precisão qual tenha sido a ação dos homens representativos de uma época, quais as verdadeiras razões que os animaram e qual a importância real dos obstáculos que venceram.

Mas, graças aos documentos legados pelo passado, aos livros, aos códigos, às inscrições, aos relatos dos cronistas das diferentes épocas, e aos monumentos das civilizações passadas pode-se reconstruir o pensamento dos homens que nos antecederam. E, quem sabe, tirar algum ensinamento que possa conduzir ao aperfeiçoamento das instituições a que estamos submetidos, na verdade, fruto de nossas próprias ações ou omissões pessoais; como disse Etienne de la Boétie em seus **Discours de la Servitude Volontaire**, em 1548: “De onde tirar tantos olhos com os quais vos espia se não os colocais a serviço dele? Como há tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós? (...) Que poderia fazer-vos se não fôsseis receptores do ladrão que vos pilha, cúmplice do assassino que vos mata e traidor de vós mesmos?” (p. 16).

A sociedade industrial contemporânea tem três vertentes básicas de pensamento:

- a) o liberal - cujas origens remontam ao Liberalismo dos séculos XVIII e XIX;
- b) o radical - cujos fundamentos estão no pensamento marxista e suas variações;
- c) o conservador - ligado ao positivismo de Augusto Comte.

A partir destas três grandes vertentes é que foi efetuada a seleção de nossas respostas à pergunta anteriormente colocada, sobre a concepção de **Sociedade** e seus vínculos.

1. Os antecedentes das três vertentes do pensamento moderno

1.1. Idade Antiga

1.1.1. Grécia (Platão e Aristóteles)

O pensamento clássico concebia a sociedade como fato natural - decorrente da natural sociabilidade do homem -, e a ordenação social decorria da necessidade de assegurar a justiça, nas relações dos homens entre si.

A Polis (cidade-estado) era a unidade social natural para os gregos, e definia simultaneamente, o universo de sua interação social e o fundamento de seus valores (até a formação do Império de Alexandre). Nesta concepção, os homens são naturalmente desiguais.

Platão, em seguida a Aristóteles, é considerado o mais importante dos escritores políticos da Grécia clássica. (Ver João Ribeiro Jr. **Grécia Mitológica**, Campinas, Papyrus, 1986).

Três dos diálogos platônicos tratam principalmente de assuntos políticos: **O Político**, **A República** e **As Leis**, mas encontram-se igualmente em outros diálogos desenvolvimentos da mesma ordem.

O diálogo sobre a República é o mais importante. O filósofo descreve a cidade ideal e indica as causas da decadência que fazem com que, da cidade ideal, possa-se gradualmente chegar à tirania, isto é, a pior das formas de governo.

Segundo Platão (427-347 a.C.), assim como no organismo humano existem uma inteligência diretora, uma energia volitiva e uma parte consagrada à vida material, os mesmos elementos se encontram no organismo social, e a cada um desses elementos correspondem uma classe especial. A inteligência seria representada pela classe dos sábios; a coragem, isto é, a energia volitiva pela dos guerreiros; e o ônus da produção, caberia a uma terceira classe privada de direitos políticos, que forneceria o sustento material às duas outras. Estas se distinguiriam sobretudo pela idade, uma vez que os sábios seriam recrutados dentre os guerreiros que tivessem idade superior a quarenta anos. Assim, a estratificação decorreria da aptidão das pessoas.

Na República, Platão limita a mil o número de guerreiros. Se o número de sábios é o mesmo, o número de verdadeiros cidadãos não ultrapassaria de dois mil. No diálogo sobre as Leis, o filósofo admite que o número dos cidadãos possa atingir os cinco mil. Platão mesmo reconhecia que uma cidade organizada segundo o tipo que ele descreve não podia existir na sua época; mas, cria ele que tais cidades teriam sido possíveis em época longínqua, quando ainda reinava no mundo “a idade do ouro”.

Reconhecendo-se, embora, os grandes méritos de Platão, pode-se afirmar que o maior pensador da Grécia antiga foi Aristóteles. A influência do pensamento aristotélico foi grande na antigüidade clássica e ainda maior na Idade Média européia, a partir do século XIII; antes deste período foi Aristóteles conhecido e apreciado pelos árabes.

Uma das obras de Aristóteles em que descreveu a Constituição de um grande número de cidades da Grécia havia estado perdida; mas, encontraram-na no Egito, no início do século, e é desta maneira que chegou até nós quase toda sua obra clássica, a **Política**.

Conforme salientado anteriormente, tanto Aristóteles quanto Platão tiveram, nos seus trabalhos, presentes ao espírito a Cidade-Estado (Polis) da época clássica que, durante a juventude dos dois, guardava ainda todo o seu esplendor.

Nem Platão nem Aristóteles acreditavam dignas de estudo as organizações políticas dos bárbaros, que consideravam como inferiores à dos gregos.

Para Aristóteles a Polis é o desdobramento natural de um processo evolutivo, que a ela chega, partindo da família e passando pela aldeia. Segundo ele, “os homens através da sociedade (Polis) se realizam como seres humanos”. Ela (a Polis) constitui, ao contrário das famílias e das aldeias, um agregado suficientemente grande para que o homem possa aí desenvolver todo o seu potencial de aptidões diversas. A propriedade privada é julgada por Aristóteles como o melhor meio de se obter com que o homem trabalhe e produza. Se ele acarreta lucros aos indivíduos, ele aproveita igualmente à coletividade, uma vez que estando os cidadãos abundantemente providos das coisas necessárias à vida, a Cidade (Polis) também se encontra rica da mesma maneira.

Admitia a escravatura; e discorreu, também, sobre as três principais formas de Governo: monarquia, aristocracia e democracia (respectivamente, governo de um, de alguns e de todos, tendo em vista o bem comum); suas formas degeneradas seriam, respectivamente, a tirania, a oligarquia e a demagogia.

Não faltam analogias entre Platão e Aristóteles: um e outro consideram como a única organização possível a Polis (cidade-estado); ambos admitem um critério ético, segundo o qual o poder encontra sua justificação e torna-se legal à medida que é exercido no interesse dos governados. Entretanto, Platão acredita que o poder arbitrário do sábio é muitas vezes preferível à lei que, por sua natureza, apresenta falta de flexibilidade e não pode adaptar-se à infinita necessidade dos casos particulares. Aristóteles, ao contrário, pensa que a lei, justamente porque não faz conta dos casos particulares, é um produto da razão humana isenta de paixões, enquanto o poder arbitrário sofre sempre a influência das humanas paixões. Além do mais, ao passo que Platão procura traçar as regras segundo as quais deveria estabelecer-se a cidade perfeita, Aristóteles se contentava em expor as condições nas quais o Estado helênico, tal como existia, pudesse funcionar da maneira mais satisfatória possível.

1.1.2. Roma (Cícero e Sêneca)

A crise da Polis no século IV a.C. gera um grave problema para a cultura clássica. Como situar a sociabilidade humana e a fundamentação dos valores morais e jurídicos ante o fato

de que a entidade que os definia havia perdido sua capacidade de auto-governo e as justificativas para suas atribuições?

A resposta foi dada pelo **Cosmopolitismo ético e metafísico** da era helenístico-romana.

Todos os homens têm uma dupla cidadania: a local e a universal. Há uma ordem universal tanto nas coisas da natureza como nas coisas humanas. A razão consiste na compreensão desta ordem e ao ajustamento à mesma da conduta.

Daf surge o conceito de Direito Natural, que decorre universalmente do direito das coisas, e que dará origem, no Império Romano, ao **Jus Gentium**. A Justiça é o princípio universal que corresponde para as relações humanas ao que a harmonia cósmica corresponde para a natureza.

Apesar de suas diferenças os homens são entendidos como essencialmente iguais.

No que se refere às doutrinas políticas dos romanos, pode-se dizer que eles não são muito originais. Os romanos eram homens de ação, que não gostavam de construir teorias. No último século da República, época conturbada por guerras civis, as teorias de nada serviam; por outro lado, a influência das doutrinas gregas era preponderante. Sob o Império faltavam os fins práticos, para animar o estudo teórico dos problemas políticos.

Cícero, nas suas obras **De República, De Legibus, e De Officiis**, examinou as três formas tradicionais de governo, e afirmou sua preferência por um governo misto, no qual as três formas estivessem combinadas. Além disso, Cícero, discorrendo sobre a escravatura não admite a teoria de Aristóteles sobre a desigualdade dos homens. Mas, justifica a escravatura como uma consequência do direito internacional, afirmando que, na guerra, os vencidos, aos quais se deixa a vida, tornam-se escravos.

Sêneca, fundamentando-se na direção entre o Direito Natural e o Direito Civil, sustenta que a escravatura não é admissível sob o ponto de vista do Direito Natural, mas que o é em relação ao Direito Civil.

1.2. Idade Média (472/1476) - Queda do Império Romano; advento do Cristianismo: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.

O Cristianismo continua concebendo a sociedade como um fato natural. Vincula, entretanto, a idéia de Justiça à de Deus e ao seu reino. Antes

do pecado, os homens viviam em estado de graça; depois da queda, as relações humanas se tornaram insanavelmente prejudicadas pelo pecado. Como disse S. Agostinho, “somente a cidade de Deus é eternamente dotada de paz e de justiça. A dos homens é contingente e pecaminosa”. Graças ao Mistério da encarnação de Cristo, é possível alguma justiça na Terra, mas apenas na sociedade cristã.

Nessa perspectiva, o poder do Imperador é uma delegação do divino para assegurar essa possível margem de Justiça e se legítima na medida em que se mantém fiel à Lei de Deus.

Para S. Tomás, o objetivo do Estado é, imediatamente, assegurar o Bem comum e, mediamente, auxiliar a Igreja na sua tarefa de salvação dos homens.

1.3. Idade Moderna (Maquiavel e Hobbes)

Aí temos o surgimento do Mercantilismo como uma tríplice reação à ordem feudal: reação de ordem política, o aparecimento do Estado Moderno, baseado na “Nação-Estado”, (produto e expressão da primeira fase da Revolução Burguesa); de ordem geográfica (os grandes descobrimentos) e de ordem intelectual (Renascimento Italiano e a Reforma protestante).

O poder passa a ser concebido, cada vez mais, como expressão de uma soberania auto-suficiente, ao mesmo tempo que se delineiam as primeiras formulações de uma concepção contratualista da sociedade. Para Maquiavel - é ele quem lança as bases da Política como ciência; no Príncipe (1513), o poder é entendido como produto da virtude do príncipe.

A era das técnicas, a serviço do homem e de sua ação, substitui a era medieval, “da contemplação”, orientada e dominada por Deus. O indivíduo, enquadrado pelas comunidades, desde a família, até a profissão, às quais pertencia por decreto da Providência, conduzido pela Igreja ao reino do Céu, à sua eterna salvação, vai, a pouco e pouco, libertando-se da longa disciplina católica da Idade Média, para buscar por si o caminho, numa fecunda ou estéril solidão.

É na Itália, mais que em qualquer lugar, que esse indivíduo renovado, por pouco que sinta a sua força, energia e valor (tudo quanto exprime a palavra italiana *virtu* que trairia a francesa *vertu*), desencadeia-se, explode, agora agressivamente de sua emancipação. Zombando do reino celeste, só pensa em gozar avidamente a posse do terrestre, com todos os seus

gozos: carnais, estéticos e intelectuais. “O indivíduo livre e covarde, arrojando-se aos golpes da fortuna, o animal astucioso e soberbo, raposa e leão sempre à espreita ou ao assalto da presa”.

A situação política da Itália era propícia a esse desenvolvimento dos indivíduos plenos de *virtu*, a seu desenvolvimento além do bem e do mal. Ao redor dos quatro eixos fixos, Roma, Milão, Veneza e Florença, havia uma multidão de Estados, “proliferando, pululando, apodrecendo, fazendo-se, desfazendo-se, refazendo-se”, às mais das vezes com o auxílio dos estrangeiros, franceses e espanhóis, que tinham invadido a Itália. Roma, a cidade pontifical, oferecia o menos evangélicos dos espetáculos, empregando, quando oportuno, exércitos estrangeiros, como qualquer outro meio conveniente para aumentar, ou a sua propriedade temporal, ou os domínios dos filhos, irmãos, sobrinhos, etc, e do Pontífice. Os *condottieri*, que alugavam pela melhor oferta seus bandos mercenários, batendo-se mal e traíndo melhor, esforçavam-se para aumentar a duração das guerras e arranjavam-se para saquear em tempos de paz.

Neste quadro é que Maquiavel engendra a sua formação e personalidade. Funcionário público durante 14 anos, mal remunerado, debate-se entre mesquinhas intrigas de colegas e preocupações financeiras. Em 1512, em mais uma das transformações do regime de Florença, foi destituído de todas as suas funções e banido dessa cidade. Maquiavel perdeu seu emprego, mas a humanidade ganhou Maquiavel; pois, é nessa oportunidade, que o secretário florentino escreveu a sua obra.

Ela compreende, em primeiro lugar, os *Discorsi* (Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio). Maquiavel, a propósito da História Romana (“história de um povo ambicioso”), compõe, então, um verdadeiro tratado de ciência política, inacabado, sobre o governo republicano. Seguem-se a *História de Florença*, o *Tratado sobre a Arte da Guerra*. E um opúsculo, como o qualifica o próprio autor, escrito de certo modo à margem dos *Discursos: O Príncipe* (“história de um homem ambicioso”), cujo verdadeiro título é “*Dos Principados*”.

A dedicatória de *O Príncipe* é dirigida a Lourenço de Médicis. Por meio do “opúsculo”, Maquiavel pretende colocar à disposição de Lourenço, “conhecimento das ações dos grandes homens, que adquirira, seja por uma longa experiência dos negócios dos tempos modernos, seja pelo estudo assíduo da dos tempos antigos”.

Em carta dirigida a seu amigo Vettori, embaixador em Roma, Maquiavel diz que se propôs a investigar “qual a essência dos principados,

de quantas espécies podem ser, como adquirí-los, como conservá-los e qual a razão de sua perda”.

Os principados opõem-se às repúblicas, que constituem o objeto dos *Discursos sobre Tito Lívio*. Convém distinguir entre os principados: uns são hereditários, outros, novos. Maquiavel quase não atribui interesse àqueles, demasiado estáveis e fáceis, bastando ao príncipe “não ultrapassar em absoluto os limites estabelecidos pelos antepassados e contemporizar com os acontecimentos”; uma capacidade ordinária permitir-lhe-á conservar-se no trono. As verdadeiras dificuldades, tanto para a aquisição quanto para a conservação encontra-se nos principados novos. Entres estes, porém, é preciso fazer uma subdivisão: uns são inteiramente novos; outros, agregados ao estado hereditário, como o reino de Nápoles e o de Espanha. O principado novo e o Estado hereditário formam, então, em conjunto um corpo que pode se chamar de misto. Esta situação dá origem a uma série de problemas complexos aos quais Maquiavel propõe suas soluções construindo um pequeno código prático da anexação.

A aquisição se move apenas no domínio evidente do fato, isto é, da força, e não do direito. Pois o triunfo do mais forte é o fato essencial da história humana. Maquiavel o sabe e o diz. Esta assertiva não chocava seus contemporâneos, porque era fato naturalíssimo.

Os principados estudados por Maquiavel são, em geral, criações da força. Tendo enumerado as seis faltas cometidas por Luis XII, príncipe hereditário, em sua política italiana, no capítulo III, diz Maquiavel: “O desejo de conquistar é sem dúvida algo de ordinário e natural, e todo aquele que se entrega a tal desejo, quando possui os meios para realizá-lo, é antes louvado que censurado; mas, formar o desígnio sem poder executá-lo é incorrer na censura e cometer um erro. Por conseguinte, se a França possuía forças suficientes para atacar o reino de Nápoles, devia fazê-lo; do contrário, não devia aquinhoá-lo”.

Tudo se resume em ter forças suficientes, tanto para conquistar, como para conservar. A razão primeira e última da política do príncipe é o emprego dessas forças, em consequência a guerra.

Por seu turno, Thomas Hobbes é considerado o “teórico do absolutismo”. Nele encontramos uma explicação contratualista da sociedade, que perdurará até Rousseau.

Em 1651, Cromwell reina sobre a Inglaterra, transformada em República. É então que aparece em Londres um livro, de estranho título, o *Leviatã*, ou *A Matéria, a Forma e o Poder de um Estado Eclesiástico e*

Civil. É um livro bastante diferente, a começar de sua capa, absolutamente estranha para os padrões vigentes. Aparecendo a meio corpo por detrás das colinas, dominando uma paisagem de bosques e castelos que precedem imponente cidade, vê-se um gigante coroadado. A parte visível de seu corpo, busto e braços é feita de milhares de pequeninos indivíduos aglomerados. Com a mão direita empunha, erguendo-a acima do campo e da cidade, uma espada; com a esquerda uma cruz episcopal. Abaixo, enquadrando o título da obra, de frontam-se duas séries de emblemas em contraste, uns militares, outros eclesiásticos: um forte, uma catedral, uma coroa, uma mitra; um canhão, os raios da excomunhão.

É um enigma. A explicação é dada pelo próprio autor, na Introdução: "(...) a arte do homem (...) pode fazer um animal artificial (...). Mais ainda, a arte pode imitar o homem, obra-prima racional da natureza. Pois é justamente uma obra de arte esse grande Leviatã, que se denomina coisa pública ou Estado (Comonwealth), em latim *Civitas*, a qual não é mais que um homem artificial, embora de estatura muito mais elevada e de força muito maior que a do homem natural, para cuja proteção e defesa foi imaginado. Nele, a soberania é uma alma artificial, pois que dá a vida e o movimento a todo o corpo (...) A recompensa e o castigo (...) são seus nervos. A opulência e as riquezas de todos os participantes, a sua força. **Salus populi**, a salvação do povo, a sua função (...). A equidade e as leis são para ele razão e vontade artificiais. A concórdia é a sua saúde, a sedição a sua doença, e a guerra civil a sua morte. Enfim, os pactos e os contratos, que, na origem, presidiram a constituição, agregação e união das partes desse corpo político, assemelham-se ao *fiat* ou façamos o homem, pronunciado por Deus na criação".

O **Contrato Social** (entendido em termos analíticos e não históricos) é, para Hobbes, a forma mediante a qual os homens escapam do terror do estado de natureza para a ordenação civil.

Todos os indivíduos cedem seus direitos ao Estado. Em Hobbes, o contrato gera o absolutismo. "Os homens passam de um estado de natureza em que se guerream mutuamente, para um sociedade civil, ordenada pelo soberano".

Hobbes difundiu a teoria do contrato social, que os **monarcômanos** usaram com fins opostos aos seus. Os **monarcômanos** são vários escritores que a partir da segunda metade do século XVI se mostraram com o caráter comum de combater a monarquia absoluta.

As guerras de religião, sobrevindo quando já se havia configurado o novo tipo de Estado absolutista, em que não funcionavam mais os

contrapesos institucionais e religiosos da Idade Média, geraram, entre as minorias que se sentiam ameaçadas na prática de suas crenças pelo absolutismo dos príncipes, um primeiro movimento de contenção deste. O contrato social não era mais visto como fundamento fático e normativo do absolutismo do soberano. Ao contrário, era visto como uma delegação de poderes do povo ao príncipe, dentro de certas condições básicas a cuja observância estava obrigado o príncipe, sob pena de perder sua legitimidade.

No famoso documento huguenote *Vindícia contra Tyrannos* se fala de um duplo contrato. O contrato de Deus com o rei e o povo, que outorga autoridade ao rei sobre o povo, dentro dos preceitos da lei divina. E um decorrente contrato entre o rei e o povo, pelo qual este se obriga a obedecer àquele enquanto aquele acatar a lei divina.

Althusius, no século seguinte (1630), manterá, com modificações a teoria do duplo contrato. O primeiro, estipula, a partir da soberania popular, as condições básicas que devem regular o exercício da autoridade pelos magistrados. O segundo contém o juramento de fidelidade do povo aos magistrados, dentro daquelas condições básicas.

Na linha da contra-reforma, os jesuítas manterão, a favor do catolicismo e da supremacia papal, uma argumentação semelhante. Suarez, embora reconhecendo, com Aristóteles, que a sociedade é um fato natural, baseará a autoridade do príncipe num contrato com o povo, fundado nos preceitos divinos. A violação deste contrato libera o povo do dever de obediência.

2. O Pensamento Liberal

A idéia de um contrato social como explicação teórica e normativa da autoridade política e da proteção dos direitos individuais, foi naturalmente encampada pelo pensamento liberal, nas condições pós-mercantis da revolução burguesa. Na medida em que a expansão do modo de produção capitalista e a crescente ascendência da burguesia tornavam esta mais exigente na defesa dos direitos individuais - concebidos como direitos universais do homem, mas representativos de suas necessidades de classe - tornava-se igualmente necessário subordinar a soberania do Estado e o exercício do poder monárquico à preservação de tais direitos.

John Locke, ainda nos fins do século XVII, elabora as bases do pensamento político liberal, partindo, como Hobbes, de um estado da natureza. Com Locke, este não é concebido como uma guerra de todos contra

todos, como em Hobbes, e sim de um estado pacífico e cooperativo, em que os direitos naturais, entretanto, por falta de definições formais e de sanção dos magistrados eram vagos e imprecisos. É no interesse de explicitar os direitos de cada qual e de os regular adequadamente, pela lei e pela supervisão dos magistrados, que se adota o contrato social. O poder do rei é delegado pelo povo e deve ser exercido para a proteção dos direitos individuais. Só dessa forma é legítimo e só assim merece acatamento.

Com Jean-Jacques Rousseau, em meados do século XVIII, embora sempre encaminhada para a preservação dos direitos individuais, sofre de uma inflexão de sentido radical. O direito de propriedade, entendido na forma ampla como o concebia Locke, como livre disposição da própria pessoa e de seus bens, era para este a tônica dos direitos individuais. Para Rousseau, o essencial é compatibilizar a liberdade individual com as exigências da vida coletiva e da administração da sociedade. Seu contrato social é concebido como explicação e fundamentação dessa compatibilização. Pelo contrato social, os homens se obrigam a orientar suas vontades particulares de acordo com a soma da vontade geral. Esta, mais do que a soma das vontades particulares, enquanto individuais, é a que exprime o consenso dos cidadãos, como membros da sociedade, sempre que deliberem de forma apropriada, de acordo com os requisitos básicos que Rousseau enumera e discute.

Além de transferir a ênfase dos objetivos sociais da defesa da propriedade para o da liberdade individual devidamente socializada, Rousseau introduz outro elemento radical no pensamento liberal: a exigência de igualdade. A desigualdade decorre das formas anti-sociais da propriedade privada. Tal fato, escandalosamente generalizado nas sociedades existentes, constitui uma violação do contrato social.

O Liberalismo posterior, da fase industrial e madura da revolução burguesa, apoiado em Bentham, e partindo de John Stuart Mill, rechaçará a teoria do direito natural e do contrato social, mas absorverá, como postulados dos objetivos supremos da sociedade, a defesa dos direitos individuais, mais no sentido de Locke do que no de Rousseau. O poder, no pensamento liberal do fim do século passado e princípios deste, se destina à defesa dos direitos individuais e se legitima em tal exercício. Na prática o Estado "gendarme" (policial) será essencialmente o defensor da liberdade de contrato, nas condições em que está empiricamente se exerce, ou seja, dentro de uma estrutural dependência dos assalariados relativamente aos proprietários dos meios de produção.

3. O Pensamento Radical

A crítica da sociedade civil, como expressão do predomínio econômico-político dos detentores da propriedade, iniciada por Jean Jacques Rousseau, mas abandonada pelo pensamento liberal, foi retomada por F. Hegel, no âmbito de sua visão dialética da totalidade do real. A sociedade civil, para Hegel, designa as dimensões e os aspectos da sociedade global que se referem às relações de produção, concebidas como atividades administrativas, públicas e privadas, requeridas para manutenção daquelas. Nesse sentido, a oposição em Hegel, entre sociedade civil e Estado, é distinta da que atualmente tem uso corrente. Para o cientista político atual - como mais adiante será explicitado - o sistema político se diferencia, analiticamente do econômico. O Estado e os serviços públicos pertencem ao primeiro, enquanto as atividades produtivas fazem parte do segundo. Para Hegel, a sociedade civil englobava as atividades produtivas e os serviços administrativos por aquelas requeridos, públicos ou privados. O Estado era a síntese superadora da antítese família-sociedade civil. O Estado era por um lado, soberania e, por outro, a razão mediadora das contradições da sociedade civil.

Hegel identifica, claramente, a medida em que a detenção da propriedade gera desequilíbrios estruturais dentro da sociedade civil, função de privilégios de classe e do acaso. Tais desequilíbrios, moralmente injustos, constroem a liberdade do indivíduo e se constituem em obstáculos ao desenvolvimento da razão. Para superá-los, Hegel concebe um Estado transclassista, dotado de poder de regular os conflitos sociais segundo os interesses gerais da sociedade e no sentido de maximizar a racionalidade do conjunto.

Esse Estado, como síntese da oposição Família (indivíduo) - sociedade civil, é submetido como os demais elementos da realidade, à historicidade geral do espírito. Será despótico, na antigüidade oriental, democrático ou aristocrático, no mundo clássico e, com os germânicos, evoluirá até a forma de monarquia constitucional. A monarquia constitucional, para Hegel, se mostra capacitada para realizar plenamente as verdadeiras funções do Estado: o exercício da soberania sobre a sociedade civil, como uma mediação racional de suas contradições. Porque está vinculada à pessoa do monarca, que não pertence à sociedade civil nem a suas classes, esse tipo de Estado transcende os conflitos de classe da sociedade civil. E porque é civil e não despótico, como as monarquias orientais, assegura a liberdade de cada qual e a compatibiliza com a vontade geral.

Karl Marx retoma e desenvolve, criticamente, as idéias de Hegel. Sua contribuição essencial, para a questão que se está discutindo, pode ser resumida em três principais pontos. Em primeiro lugar, e de uma forma geral, a crítica de Marx a Hegel consistirá em desidealizar as concepções deste. O idealismo de Hegel, a partir, em última análise, de uma crença religiosa residual no espírito, como realidade última, consistia fundamentalmente, numa constante hipostasiação do sujeito pelo predicado. Não existe a **Razão Absoluta** subjacente na razão particular dos homens. Existem homens, dotados de uma certa propriedade, que é a razão.

O segundo ponto essencial da crítica de Marx será o desenvolvimento do conceito de **práxis**, já presente nas concepções de Hegel. Homens e natureza estão mutuamente implicados numa relação dialética, através da **práxis**. O homem é natureza que se conscientiza, no seu processo de humanização, através do trabalho. A contradição fundamental da sociedade civil, decorrente de uma forma de divisão social do trabalho que estrutura os homens em classes, opondo os detentores da propriedade aos que só dispõem de sua força de trabalho, consiste na **alienação** do trabalho, que é precisamente, para a espécie humana, como **práxis**, sua forma de humanização. A superação das contradições da sociedade civil consiste na desalienação do trabalho e na recuperação, pelo homem concreto, de sua liberdade e capacidade de se humanizar por sua própria **práxis**.

O terceiro ponto fundamental da crítica de Marx está representado pelo conjunto e seus estudos, desde os **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, de 1848, orientados para discutir como, teórica e praticamente, pode se processar a superação da alienação do trabalho. Hegel considerava que as contradições da sociedade civil poderiam e tenderiam a ser superadas através da mediação do Estado transclassista, cuja forma mais alta era a monarquia constitucional. Marx, opostamente, denuncia o necessário caráter de classe de todo Estado que se constitua a partir de uma sociedade de classe. A suposta "classe universal" de Hegel, que executaria, como um corpo de funcionários neutros e racionais, a mediação corretiva do Estado, sob a égide do monarca constitucional transclassista, nada mais era, na prática histórica, do que um conjunto de representantes das classes dominantes, a serviço dos interesses destas e de seus próprios interesses corporativos.

Para Karl Marx, a superação da alienação do trabalho se daria, precisamente, pelo desvanecimento do Estado. O Estado é efetivamente, como pensava Hegel, a agência mediadora dos conflitos da sociedade civil. Apenas, exerce tal mediação por via coercitiva e manipulativa, a serviço dos detentores da propriedade. São as contradições imanentes ao próprio modo capitalista de produção, conducentes à crescente concentração da propriedade e à crescente pauperização das massas -, que terminarão, tanto econômica como politicamente, inviabilizando o sistema e o conduzindo ao seu colapso

revolucionário. O proletário, como única classe universal - porque única cuja existência não postula a exploração de outras - implantará, a partir de uma ditadura liberadora, um novo regime de produção, que não separe o homem de seu trabalho nem o submeta ao controle dos meios de produção e de seus detentores.

4. O Pensamento Conservador

A crítica humanístico-revolucionária da sociedade civil, implícita em Hegel (mas nele contida por seus valores conservadores) e explicitada por Marx, foi contestada pela filosofia naturalístico-conservadora de Augusto Comte (Ver João Ribeiro Jr. *O Que é Positivismo*, SP. Ed. Brasiliense, 1982).

O Positivismo de Comte pode ser definido, para os fins desta sucinta resenha, por duas principais características. A primeira consiste em seu fisicalismo anti-humanista, que sob a alegação de assegurar a positividade científica do conhecimento (entendida como o que é experimentalmente confirmável), reduz a conduta humana a um aspecto final, mais complexo, dos processos objetivos, negando a subjetividade e a intencionalidade da consciência. As relações sociais, por isso, são puramente objetivas e devem ser estudadas como uma física da interação humana.

A segunda característica fundamental do Positivismo é seu conservadorismo, em relação ao *status quo* da ordem burguesa e, a partir daí, sua postulação da ordem como fenômeno básico da realidade e como valor supremo para a conduta. Por isso mesmo a ordem positivista é concebida, dinamicamente, como comportando, por reajustamentos graduais, a realização do progresso. O progresso é uma ordem. E toda ordem comporta progresso, desde que não subvertida ou videntada.

PARA CONCLUIR

O pensamento liberal, na formulação mais acabada que lhe dá John Stuart Mill, a dialética de Hegel, na revisão crítica que lhe dá Karl Marx e a concepção positivista da realidade, fundada na ordem, e entendendo o progresso como um aperfeiçoamento desta, na visão de Augusto Comte, se constituem, politicamente, como os fundamentos das ideologias, radicais e conservadoras, dos fins do século passado a nossos dias. Mais ainda, a linha crítica dialética e a postura positivista se convertem no núcleo dos dois grandes modelos de entendimento da sociedade - e em princípio da realidade em geral - que se confrontam teoricamente na atualidade: o modelo dialético e o funcionalista.

ECOS DO V CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DA AMÉRICA

Maria Guadalupe PEDRERO-SÁNCHEZ

De uma ou de outra forma, os ecos do V Centenário da descoberta da América chegaram até nos. A mobilização de recursos com fins políticos ou propagandísticos, as tentativas de apropriação desse acontecimento histórico para ser reinterpretado a serviço de objetivos diversos e até contrários, têm a mesma origem. O evento é referencial onde se apoia o conceito de expansão da "cultura ocidental", com todas as críticas e autocríticas que isso desperta, inclusive com o intuito de não perder a primazia na perspectiva de um progresso universal a ser atingido.

É também, ponto de partida para resgatar aspectos das chamadas "culturas autóctones" situadas como vítimas perdedoras no confronto. O patamar para ambas apreciações situa-se em 1492.

O tema pois do V Centenário apresenta-se de um lado do Atlântico, como motivo de congressos, exposições e reuniões internacionais de todo tipo. Do outro lado, revitalizando equacionamentos novos em busca das "raízes da América", ou na procura de saídas para os "500 anos de exploração" ou ainda levantando questionamentos como: a conquista da América, com que direito?.

Em ambos os posicionamentos existe o perigo de passar pelo evento com o afã celebrativo, seja pela autocomplacência das tarefas culturais realizadas, seja pelo desencargo de consciência por ter discordado ou protestado. Ambas atitudes parecem-me reducionistas e a longo prazo inúteis.

1992 recolhe o tema como uma fantástica caixa de ressonância. De tal maneira que na hora de decifrar a multiplicidade das mensagens recebidas, sente-se a angústia de estar condenado a ser parcial. Que pista seguir quando uma opção leva a deixar de lado outras que com igual força e intensidade chegam até nós?.

Existe um eixo central: a Descoberta da América. Porém, já a aceitação deste título introduz na polêmica. Descobrimento?. Encontro de dois mundos?. Choque de civilizações?. Aniquilamento de culturas autóctones por uma cultura dominante?. O que não falta é papel e tinta na hora de analisar cada um desses conceitos.

À denominação anterior une-se a busca de sentido e motivação para fazer memória. Celebração?. Comemoração?. Lembrança heróica ou trágica?. Alegria eufórica ou grito de protesto e pranto?. Esbanjamento de festa ou discreta aplicação de recursos?. Exaltação ou arrependimento?.

Renuncio a seguir os fios que sugerem todas essas interrogações. Convido apenas a debruçar-se sobre a janela da história, que não é elucubração do que poderia ter sido, nem do que gostaríamos que fosse, mas resultado do que foi, porque a herança do presente está irreversivelmente vinculada ao passado.

Nesse sentido, faz 500 anos um acontecimento marcou a história do novo planeta Terra: foi a incorporação do continente americano ao sistema do ocidente europeu; foi também, a hora de desvelar o mistério do "mar tenebroso" e o desmoronamento das fantasias medievais sobre o universo mundo.

Desta maneira pode-se falar de descobrimento já que descobrir não significa inventar, mas incorporar a um sistema conhecido de forma explícita o que de por si já existe. É claro que essa é a perspectiva lógica de quem descobre ou chega.

Em todo caso, a descoberta da América foi um acontecimento histórico real, positivo, que concerne a toda a humanidade. Novos cenários geográficos incorporam-se para serem percorridos e explorados pelos homens. Mas sobretudo, diante da surpresa do encontrado que ultrapassa o projeto inicial surge a necessidade de retomar o conceito mesmo de humanidade que terá de incorporar o sentido de alteridade. Com que ritmo e a que preço, é outra questão.

Buscava-se o contato com civilizações, mais ou menos conhecidas, que podiam ser úteis para incrementar a riqueza e, através dela, o poder. Encontra-se algo novo, inusitado, ameaçador em princípio, fabuloso e fantástico por incontrolável, desequilibrador de uma ordem racionalmente pensada pela Europa da Renascença.

A partir dessa perspectiva global, o fato de que fossem espanhóis ou portugueses os protagonistas fica diluído. Foram efetivamente os países ibéricos os que acusaram o impacto, os pioneiros que tiveram que

improvisar novas fórmulas. Mas é claro, também, que nem a Espanha nem Portugal foram os principais beneficiários, a longo prazo, das riquezas procuradas e encontradas. Isso porque tiveram que elucidar questões teóricas de direito: legitimidade da posse; reconhecimento do índio como indivíduo e sujeito de direitos; questões de comportamento, de ética em suma, às quais acrescentava-se a necessidade de proteger essas terras da cobiça e ambição gerais.

Juristas e teólogos (Sepulveda, Las Casas, Vitória) afanam-se igualmente, na busca de soluções. A Universidade de Salamanca converte-se em centro do debate ao longo do século XVI e é precisamente no aspecto jurídico onde pode ser encontrada uma das contribuições da Espanha ao direito internacional. Não existe homogeneidade na apreciação dos acontecimentos, e, por outro lado, a dissociação entre teoria e prática não favoreceu o processo.

O tema da evangelização como justificativa fundamental une-se indissolúvelmente ao de colonização. Não podia ser de outra maneira dado o contexto da época. Mas a Europa que encontra a América no século XV vive a crise do conceito de Cristandade medieval e assiste pouco depois à ruptura da unidade cristã e católica, que ao fragmentar-se acrescenta elementos de complexidade e polêmica. Os séculos XVI e XVII semeiam a história européia de guerras de religião e o fato de que a península Ibérica se torne bastião do catolicismo não é indiferente para o desenvolvimento posterior da história americana.

Parar e escutar os ecos do V Centenário, abre múltiplos caminhos e sugere multidão de temas. Devem ser escutados sem preconceitos, com abertura de espírito e sentido realista para encontrar neles, a nossa tarefa de presente. A história não pode nem deve dedicar-se a emitir juízos de valor, mas deve tratar de compreender o passado cujos acontecimentos não pode mudar, embora coloque em nossas mãos a possibilidade de marcar novos rumos.

É nesse sentido que o fazer memória, lembrando, comemorando e inclusive celebrando o V Centenário da Descoberta da América pode dar frutos positivos. O convite a analisar os acontecimentos que pautaram o processo e o debate sobre o mesmo podem ajudar-nos a compreender melhor a realidade desde todas as perspectivas e posições. Fazer memória, refletir sobre os últimos 500 anos da nossa história, tanto para a Espanha como para a América, não pode limitar-se a um exercício de catarse, é um dever de presente.

A iniciativa de fomentar o debate partiu prioritariamente da Espanha. No discurso do rei João Carlos diante dos embaixadores iberoamericanos (México, 1991) convocando seus países para a "cumbre

política" de 1992, utilizavam-se termos tais como "cooperação", "futuro comum", "tomada de consciência do passado", "comunidade fraterna e solidária", sublinhando o aspecto de "encontro" apropriado para os que pretendem rever a Conquista da América em clave pacifista.

A renovada monarquia espanhola quer se apresentar assumindo um novo papel, superando o absentéismo prático que tradicionalmente vinha escudando-se num abstrato humanismo "de iure" nestes tempos do ressurgir democrático latinoamericano, através de uma cuidada política de aproximação respeitosa, discreta presença física e reticente exemplaridade.

Tanto nos discursos americanos do rei da Espanha quanto nos comentários elogiosos que deles se faz de um lado e do outro do Atlântico, misturam-se cálidas invocações de fraternidade e ofertas de mecenatos apenas sugeridos, projetos igualitários de futuro e veladas insinuações sobre laços atávicos e prestígios simbólicos que agora podem encontrar o seu momento de ressurreição.

Até que ponto esse caminho será suficiente e eficaz para reverter ou dinamizar o que Alberto Cardin chama o "déficit simbólico de América"?. Para esse antropólogo existem duas questões de fundo que nunca se formulam:

1ª. Que a independência das colônias americanas

(principalmente as hispânicas) não logrou consolidar uma autonomia simbólica (o trauma do nascimento segue vivo e requer uma sutura simbólica ainda possível).

2ª. Que a Espanha saiu do seu secular marasmo, tem se reconstruído institucional e simbolicamente e é capaz de ofertar essa sutura simbólica em condições democráticas, o qual implica relações de intercâmbio simétrico com o risco de permanecer a dissimetria fundamental se os significados políticos e culturais continuam radicando na velha, embora renovada Espanha.¹

Haveria que explicitar essas premissas para que as conclusões tivessem credibilidade e permanência.

É claro também que a oferta de mediação e sutura desse verdadeiro "desencontro" e incompreensão latente, projeta-se sobre um certo "stablishment" político, apoiado na oferta do exemplar modelo de transição democrática, de supostas mediações com a Europa e de todo tipo de ajudas econômicas e técnicas (recente viagem de Felipe Gonzalez a

(1) Alberto Cardin, em "El Mundo". Madrid, 27 de Enero, 1992

Bolívia). Sem esquecer a busca de apoio nos intelectuais que reforçariam o valor simbólico de referência comum. (Encontro celebrado em Guadalupe-Espanha- com representantes de universidades americanas, no mês de Maio, 1992).

Neste último aspecto a cooptação dos intelectuais tem se manifestado não com menos força entre os de ultramar, que viram ou encontraram nos prêmios oferecidos pela Espanha o ressurgir de uma saudosa "cortesania" participando dos encontros e congressos, das contínuas viagens de cá para lá e das muitas premiações, privilégios e sinecuras que a nova hispanidade poderá sem dúvida oferecer.

Até que ponto essa atitude não guarda semelhança com a do "criollismo", para mim um dos mais fortes entraves para o ressurgir da identidade americana?.

O problema pode permanecer enquanto os fogos de artifício das celebrações, oficiais e de contestação, não sejam substituídos por uma análise crítica e pormenorizada, tanto das características da cultura espanhola na sua peculiaridade do passado (séculos XVI e XVII), quanto na sua projeção americana do passado e do presente. Não se trata tanto das "raízes" que sofreram um enxerto desejado ou não, quanto da identidade autônoma e realista do que é a América hoje.

Não assumindo essa realidade e caminhando nessa direção, será difícil ultrapassar a esfera dos bons desejos ou da catarse.

O jornalista e historiador argentino Ricardo Herran denunciava num debate organizado pela televisão espanhola, a necessidade de ir criando, de construir uma visão adulta que assuma a realidade, fatos e conseqüências, tão negativas para a América como para a Espanha. Ele situava o desafio principal em três direções: a necessidade de conhecer-nos, não desprezar-nos, comunicar-nos.

UM PROJETO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO: A REVOLUÇÃO DE 1930

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nossa intenção no presente estudo é chamar a atenção dos estudiosos das ciências humanas sobre um projeto social desenvolvimentista, com o intuito de maior conscientização de nossa realidade.

Considerando-se o período da Revolução de 1930 como a fase inicial da etapa contemporânea da sociedade brasileira, tal período caracterizou-se pelo desencadeamento de uma revolução não-burguesa, que conduziu a uma recomposição político-econômica entre as classes burguesas e entre essas e as camadas populares cidadinas, mesmo porque devemos levar em conta que os setores econômicos primário-exportadores até então eram praticamente o único embasamento da sociedade brasileira constituídos sob o impulso da demanda exterior.

Assim sendo, os setores sociogeográficos onde foram instaladas as unidades de produção para o mercado internacional, foram o fundamento de uma sociedade capitalista-escravocrata até a abolição da escravatura no país, em 1888. E, a partir daí, com a generalização do trabalho livre, constituíram o fundamento de uma sociedade capitalista, predominantemente rural ainda, até os primeiros decênios do século XX. No entanto, parece-nos óbvio que os efeitos modernizadores tornaram-se mais acentuados a partir da imigração estrangeira para o Brasil, acelerando o processo da industrialização, o aumento de serviços e a concentração urbana.

Por outro lado, teriam de igual modo contribuído para o acelerar da urbanização no país as migrações rural-urbanas, em decorrência basicamente das condições econômico-sociais das zonas rurais onde o desemprego, os salários baixos, a pobreza e a fome, entre outros fatores, eram consideráveis. Além disso, a estrutura da posse da terra, ou com alta concentração da propriedade, ou, opostamente, com a presença do minifúndio, teria sido um outro fator da expulsão.

Os acontecimentos do período revolucionário de 30 no país alinham-se a outros revolucionários ou reformistas que, nas primeiras décadas do século XX, agitaram o mundo capitalista, quais sejam, entre os mais significativos, a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Chinesa de 1911. Por isso mesmo diríamos que os acontecimentos daquele período seriam apenas componentes singulares da primeira plena negação do *statu-quo* vigente e o grande “despertar” da sociedade brasileira, compreendendo-se, a partir daí, que o “projeto social de desenvolvimento” celebrado no período da revolução de 1930, atendesse a reivindicações “populares” imediatistas (aplicação e ampliação da legislação trabalhista e normas eleitorais) e a orientação para uma industrialização “autônoma”, cuja ideologia seria o nacional-desenvolvimentismo.¹

A mediação política como dimensão do período da Revolução de 1930 é exercida, principalmente, pelo tenentismo² como uma das lideranças mediadoras do descontentamento popular, que não teve, ao longo do movimento, um espírito coordenador capaz de dirigir a vitalidade da multidão, colaborando para que a agitação popular se ativesse a motivos demagógicos ou anárquicos, ou ambos, mesmo porque seu estado de espírito era vago, embora enorme o descontentamento popular.³

Por ser esta etapa revolucionária repleta de insatisfações, das mais contraditórias possíveis, seria, mais na fase posterior ao movimento, que seus desdobramentos se tornariam significativos, embora já nesse período ficasse claro o início da etapa contemporânea do processo histórico brasileiro, já que as camadas populares menos favorecidas aí estavam presentes como agentes históricos.

Entende-se que com a carestia dos gêneros alimentícios, com a crise habitacional, com o desemprego, com a inflação, com a baixa cambial, com a política exploradora dos impostos, recaindo principalmente sobre os pobres, gerou-se facilmente um ponto comum de interesses e sofrimentos, concentrando a todos em um único plano, onde as reivindicações populares imediatas constituíram a tônica máxima a ser empregada.

Assim, define-se o projeto social de desenvolvimento, elaborado no período da Revolução de 1930 e consolidado na etapa pós-revolucionária, que não só atende aos anseios populares como, através da liderança tenentista, caminhou mais, ao propor a industrialização autônoma e consolidando a formação econômico-social capitalista.

(1) Cf. Pereira, Luiz, *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, p. 126. São Paulo, Pioneira, 1970.

(2) Sobre o assunto consultar: Santa Rosa, Virgínio - *Que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro, Civ. Brasil., 1963.

(3) Sobre este aspecto da Revolução de 30, ver, além de Santa Rosa, o depoimento de Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*, Edaglit. 1962; Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, Anhembi, 1958, 2 vs.; Astrogildo Pereira, *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

Tal política econômica não se limitou apenas em manter o nível de emprego e o fluxo de renda, mas aumentou o mercado de trabalho e a renda-salário. E este projeto social de desenvolvimento, se, por um lado, suavizou as tensões sociais, por outro aproveitou-se da frágil burguesia industrial (principalmente pelo fato de nossa população ser “apadrinhada” por ela e estar se “educando” mais), bem assim, pela crescente desvalorização das taxas cambiais, para, enfim, expandir a formação econômico-social capitalista.⁴

Apesar de a situação lhe ser propícia, a burguesia industrial não se determinou como classe social hegemônica, compondo-se antes com a burguesia agrária e com a comercial e financeira, não conseguindo, automaticamente, liberar plenamente, a realização do projeto social de desenvolvimento.⁵

Daf, concordarmos com a afirmação de Luiz Pereira⁶, quando diz que foi “um impulso dinâmico exercido por novas forças sociais e dentre as quais já figuravam os setores populares citadinos”, não negando, portanto, a formação sócio-econômica capitalista.

Prosseguindo a marcha industrializante no país, a partir desta etapa revolucionária o seu caminhar ocorreu lenta e instavelmente, sem atender a contento o crescimento demográfico e muito menos oferecendo uma variedade suficiente de ramos de serviços, ou ainda criando condições favoráveis para a habilitação de mão-de-obra, com exceção para o setor terciário.⁷

Essa deficiência de emprego, a nosso ver, é um dos aspectos mais sérios da problemática industrial do país, pois, ao longo de sua evolução, não teve capacidade para criar uma demanda de trabalho condizente com o crescimento populacional - em especial com relação ao meio urbano - onde gerou, sim, ao lado do desemprego, o subemprego.⁸ E isto apesar da “política da paz social”, expressa já no próprio slogan da Aliança Liberal - “ façamos a revolução antes que o povo a faça” - com continuidade nas proclamações integralistas que desde outubro de 1932 defendiam a planificação estatal (principalmente ao criticarem o liberalismo), constituindo, no fundo, a proposta assumida pelo próprio Governo Provisório instalado pela Revolução de 1930.⁹

(4) Ver Simonsen, Roberto - *A evolução industrial do Brasil*, p. 34. São Paulo, Federação das Indústrias, 1939; Luz, Nícia Vilela - *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Difel, 1961.

(5) Sobre o assunto: Cardoso, Fernando Henrique - *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964.

(6) Pereira, Luiz, op. cit., p. 127.

(7) Consideramos população terciária aquela formada por pessoas empregadas no comércio de mercadorias, comércio de imóveis, transportes e comunicações, administração pública, profissões liberais, serviços e atividades sociais.

(8) V. sobre o assunto: Lopes, Juarez B. - *Desenvolvimento e mudança social: a formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*, p. 23. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

(9) Ver discurso de Getúlio Vargas, de maio de 1931: *A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos*.

Vem daí também a proposta governamental de incentivar a produção e o consumo internos (imediate e mediato), e os “vislumbres” nacionalísticos como dimensão desse projeto.

Embora sem a pretensão de, nesta breve visão termos colocado em toda a sua extensão e complexidade esse projeto social de desenvolvimento, acreditamos, todavia, ter deixado claro o desenvolvimento apenas parcial do referido projeto definido em 1930, através de uma “revolução” não-burguesa.

Acrescentaríamos que, além de não se haver concretizado totalmente, ao olharmos adiante, transcorridos já alguns anos dele, notamos que os problemas se agravaram, principalmente pelo fato de sua efetivação ter sido parcial, não atendendo às crescentes necessidades de consumo. Com o rápido desenvolvimento populacional prosseguindo, o surto urbano-industrial de igual modo, e o papel do Estado estimulando as classes dominantes a atuarem para a realização do desenvolvimento econômico (num ritmo superior ao crescimento demográfico e com o intuito da ampliação do mercado de trabalho, aumento salarial, etc., sempre em benefício daquela classe social), tais condições propiciaram, ao longo do período, a concentração das “massas” trabalhadoras - quer do campo quer da cidade - num clima revolucionário (eclodido às vésperas de 1964), etapa derradeira (embora inacabada) do populismo brasileiro.

(Transcr. do “Boletim da Academia Paulista de História”, São Paulo, out. de 1989).

A ÓPERA PERDIDA DOS "SERTÕES"

Enio SQUEFF

A estada de Georges Bernanos no Brasil mereceu muitos comentários aqui e na França: o escritor, como é natural, marcou presença nos círculos católicos e literários do Brasil. A descrição do homem pesado, coxo, irascível - mas doce com seus "extraordinários olhos", como o apresentaria Tristão de Athayde - parece ter correspondido a verdade da sua alma pelo menos no que diz respeito à sua autenticidade: Bernanos foi verdadeiro até mesmo nos seus defeitos. E nada mais teria a acrescentar se uma referência sobre Bernanos não me tivesse posto a par de suas relações com um músico, Fernand Jouteux, autor da ópera "O Sertão", baseada em Os Sertões, de Euclides da Cunha.

Quem me informou sobre o fato foi um admirador do escritor atualmente em São Paulo e certamente a questão não mereceria maiores comentários se este Fernand Jouteux não estivesse atualmente inumado num esquecimento que talvez não mereça. A hipótese de que este compositor tenha sido pouco mais que uma simples curiosidade histórica foi já registrada numa reportagem da jornalista Laura Greenhalgh, publicada há algum tempo do "Jornal da Tarde".

Segundo a jornalista, existiriam apenas algumas vagas referências a um francês cuja biografia sumária foi traçada em seu trabalho, a partir de alguns depoimentos dos que conheceram o músico, que dizia de si mesmo ter sido o melhor aluno de Jules Massenet e que morreu em Minas Gerais alguns meses depois de sua ópera ter sido estreada em Belo Horizonte em 1952. Os brasileiros que convieram com o francês, ao que parece, sabiam pouco de sua música. Em seu testemunho à jornalista referem-se a um francês irritadiço que se dedicou ao garimpo e que morreu na miséria. Mas Georges Bernanos não apenas tomou contato com seu patrício em Minas Gerais, onde viveu. Procurou ajudá-lo de várias

maneiras. Em dois livros - um sobre Bernanos, com depoimentos de seus amigos brasileiros, e outro, do próprio, onde há um escrito de 1943 - existem referência e algumas informações a mais sobre o compositor.

No primeiro, uma coletânea de depoimentos e opiniões sobre Georges Bernanos, há duas cartas deste em que apresenta Jouteux a Henrique José Hargreaves. O escritor não regateia elogios ao patrcício músico: ele seria um compositor de primeira qualidade, um gênio, a quem Massenet teria dedicado especial atenção, preferindo-o a Debussy. No mesmo livro, porém, há duas cartas assinadas pelo próprio Jouteux ao mesmo Hargreaves. E nelas se o compositor não acrescenta grandes novidades à curiosidade sobre sua obra (já disse: fico a imaginar os jagunços do Conselheiro cantando no palco à maneira wagneriana, como era a maneira de Massenet), repisa o que era mais ou menos esperado: que quase ninguém o queria auxiliar no Brasil.

De fato, os amigos de Bernanos, ao que parece, não encaminharam Jouteux aos locais mais indicados para tentar a encenação da ópera. O compositor diz em sua correspondência que o maestro do conjunto musical do Cassino da Urca não o tratou como ele esperava. Pior, no cassino havia apenas uma "terrível fanfarrá" (sic) que não era nem orquestra, nem jazz band, já que não possuía "nem clarinetes, nem fagotes, nem violas, nem violoncelos..." Ao que consta, Jouteux fez um balê com excertos da ópera. E esperava que o Cassino da Urca executasse. No mais, o maestro do conjunto teria julgado antes a partitura, o que Jouteux considerava um acinte etc. etc.; mas conta a seguir que um regente ("un grand chef d'orchestre") cujo nome é ilegível, apresentará excertos da obra em setembro daquele ano (1943). Isso quanto à primeira carta. Na outra, o mesmo Jouteux informa radiante ter conseguido o que queria: refere-se à encenação de "O Sertão", não no Municipal do Rio, mas no de Belo Horizonte em 1952, e do sucesso que a obra fez.

De um depoimento de Bernanos extraído de um artigo seu publicado em "O Jornal", do Rio, em 1943, se conclui que "O Sertão" foi, de fato, regido em forma de concerto pelo próprio Jouteux, então com quase oitenta anos, e não no Municipal do Rio, mas em dezembro daquele ano na sala Leopoldo Miguez, da Escola Nacional de Música. Logo, teriam falhado os esforços do velho no sentido de encenar a ópera no Rio.

O fato interessante, porém, e mais importante, são as observações do próprio Bernanos no citado artigo. Ele diz que Jouteux teria incorporado à sua versão do drama de Canudos os cantos que ouviu em sua viagem a Pernambuco e ao norte do Brasil, acrescentando que a vida atribulada de Jouteux no Brasil não o impedira de ir compondo.

E cessam aqui as referências ao compositor. Ninguém sabe se a versão do drama de Canudos segundo a visão de um francês foi digna do livro, ou sequer à altura do "melhor aluno" de Massenet, como ele se supunha. Não sei, por outro lado, se Bernanos, além de autoridade moral e literária tinha conhecimentos suficientes de música para insistir em tantos elogios a Jouteux.

Logo, o que fica é a curiosidade. Pois com ou sem referências de homens importantes, com ou sem sucesso da ópera (Jouteux insiste em que foi muito ovacionado, fala até em repercussões na imprensa de Belo Horizonte), ao que se sabe a ópera se perdeu. Restariam, então os excertos que foram levados no Rio de Janeiro em 1943? Também não se sabe. Mas num país onde nem a obra de seu maior compositor, como é o caso de Villa-Lobos, é ainda totalmente conhecida - que dizer dos que nunca tiveram sucesso e morreram na miséria, como é o caso de Jouteux? Fica em todo o caso a questão.

("Folha de São Paulo", 16-9-1979)

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Circunstâncias diversas levaram-nos a suprimir, no presente número, o Registro Bibliográfico, ao qual nossos leitores já se haviam habituado, pois vinha figurando desde o início de nossa publicação, exceção feita apenas dos números especiais. Queremos, contudo registrar alguns volumes que ultimamente nos foram enviados por autores ou editores, dos quais daremos a habitual notícia dos próximos números:

BASTOS, Wilson de Lima - A Fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes. Juiz de Fora, Paraibuna, 1992.

BASTOS, Wilson de Lima - Mariano Procópio Ferreira Lage, Juiz de Fora Paraibuna, 1991.

BASTOS, Wilson de Lima - Nos meandros da política. Juiz de Fora, Paraibuna, 1990.

FARINA, Duílio Crispim - Piratininga em tempos idos. São Paulo, 1990.

FERREIRA, Jurandir - Da quieta substância dos dias. Poços de Caldas, Casa da Cultura, 1992.

GRINBERG, Isaac - Viajantes ilustres em Mogi das Cruzes. 1992.

HARTMANN, Thekla - A contribuição da iconografia para o conhecimento dos índios brasileiros do século XIX. São Paulo, Museu Paulista, 1975.

ISENBURG, Teresa - Naturalistas italianos no Brasil. São Paulo, Ícone, 1990.

JANOTTI, Aldo - Origens da Universidade. São Paulo, Edusp, 1992.

LAFER, Celso - Ensaio liberais. São Paulo, Siciliano, 1991.

MIRAGLIA, Sylvio - Mensagens do passado. Belo Horizonte, 1992.

MOREIRA, Vivaldi - Glossário das Gerais. Belo Horizonte, 1991.

PORTO, Antonio Rodrigues - História urbanística da cidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

SALVADOR, José Gonçalves - Os cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro. São Paulo, Pioneira, 1992

SANTOS, Armando A. - O Brasil Império nas páginas de um velho almanaque alemão. São Paulo, Artpress, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck - Oeste. São Paulo, Arquivo do Estado, 1991

TEIXEIRA, Palmira P. - A fábrica do sonho. Rio, Paz e Terra, 1990.

Evolução urbana da cidade de São Paulo. Eletropaulo, 1989.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (47)

JOÃO GUILHERME DA COSTA AGUIAR

(Excerto de uma conferência proferida pelo Professor Vinício Stein Campos, em 1943, no antigo Centro de Cultura Intelectual, de Campinas)

(...) A esse tempo, contava dez anos de idade João Guilherme, que se destinou ao curso médico, realizado no Rio de Janeiro. Abrindo clínica nesta cidade, após ligeiro estágio em Itu, sua terra natal, o jovem Doutor Costa Aguiar foi colhido por outra catástrofe que desabou sobre o Império, a pavorosa epidemia de febre amarela que grassou em Campinas com uma fúria tremenda, ao fim da monarquia.

O doutor Costa Aguiar foi, então, naquela trágica conjuntura, um lutador extraordinário, empolgado pela mística de sua profissão humanitária, com uma consciência do dever que se sobrepôs a todos os perigos, sacrificando-se por vossa terra com um desprendimento verdadeiramente apostólico.

Apanhado na onda assassina que se abatera sobre a cidade, dispondo dos escassos recursos etiológicos e terapêuticos da ciência de sua época, assistindo ao êxodo tumultuário da população, que se dispersava pelas cidades não atingidas, enviou sua família para a fazenda do sogro, em Itu, e permaneceu inamovível no seu posto, indiferente ao pavor do contágio, sobranceiro à própria fragilidade humana, socorrendo a todos os enfermos com uma solicitude vigilante que brilhava naquele cenário de amargura como fonte divina, de consolação e lenitivo.

Desdobrando-se em atividades pelos hospitais, percorrendo rua por rua os casos domiciliários que lhe choviam de todos os lados, sem noção dos dias e das horas, absorvido na luta titânica que o empolgara numa sublimação admirável da vocação profissional, na sua mais bela manifestação de solidariedade humana, somente quando o surto epidêmico, como uma

vaga que reflui ao seu leito, entrou em declínio, extinguindo-se por fim no corpo da derradeira vítima, deixou o dr. Costa Aguiar a sua clínica desolada, retirando-se para Itu, a repousar no seio da família, da tormentosa luta que havia sustentado.

Fez o trajeto passando por Capivari, onde permaneceu um dia, em visita a sua progenitora. Cesário Mota, que o via regressar tão abalado, promoveu essa noite uma recepção social em honra do jovem médico, procurando distraí-lo com um ambiente alegre e festivo. E ao notar que o dr. Costa permanecia casmurro e ensimesmado, absorto em dolorosas recordações, interpelou-o amavelmente, dizendo da alegria com que todos se felicitavam pela sua volta, e do desejo que tinham de vê-lo alegre e satisfeito entre os seus.

- Ah! disse João Guilherme, quem viu em Campinas as cenas que eu vi, não pode alegrar-se assim, meu amigo.

E narrou aos que o cercavam alguns episódios da pavorosa tragédia que enfrentara. Dirigiu-se no dia seguinte para Itu.

E na fazenda do sogro, o dr. Virgílio de Araújo, logo pela manhã do dia seguinte, ainda alta madrugada, sentiu-se mal e pediu à esposa que chamasse o dr. Araújo, que também era médico. E ao entrar este no quarto, disse-lhe o dr. Costa Aguiar: "Estou com a febre e o caso é fatal". Procurou o médico reanimá-lo, dizendo ser impressão infundada, etc., e aplicando-lhe um sedativo qualquer. No entretanto, daí a pouco, confirmava-se o prognóstico, com a manifestação violenta dos sintomas da terrível infecção. Ao clarear do dia, o enfermo pouco acordo dava de si. Chamou-se apressadamente seu irmão, Bento da Costa Aguiar, que morava em propriedade distante e ainda não o tinha visto. Este, ao chegar, encontrou-o já quase desacordado, com os olhos semicerrados, sem poder articular uma palavra.

Abraçando-o comovido, Bentinho Úrsula gritou-lhe aos ouvidos que era ele, seu irmão, que ali estava e o viera ver. Nada disse o dr. Costa. Nem um músculo do rosto se lhe contraiu. Mas do canto das pálpebras fatigadas, onde se refugiara o último sinal de vida, destacou-se uma lágrima sentida, que escorreu lentamente pela sua face, marcada pela lividez cianótica da morte. Foi tudo. Estava morto. Levara, à última hora, quando saía incólume da tremenda refrega, a picada venenosa, que o não deixaria sobreviver à sua galhardia heróica, como a bala perdida que aniquila no campo da luta o general triunfante.

Itu, meus senhores, rendeu-lhe as mais excepcionais homenagens. E a estas, testemunhando a gratidão de vossa terra, incorporou-se o préstito

chefiado por Roque de Marco, que derramou sobre o corpo daquele clínico benemérito, as bênçãos orvalhadas de emoção da terra campineira.

E fostes além, filhos ilustres da terra da propaganda, nobre cidade de Campinas, gravastes o nome do dr.^o Costa Aguiar em uma das ruas centrais da vossa formosa edificação urbana, para que ele permanecesse para todo o sempre identificado com o vosso destino luminoso, nas horas de alegria e de triunfo, como identificado convosco ele tem estado, nos cruciais momento de dor e aflição.

É que a terra que deu ao Brasil os maiores propulsores do movimento democrático, e os maiores estadistas da República, necessariamente poderia dar ao continente, neste nobilitante resgate de uma dívida de gratidão popular, os altos testemunhos da imensa grandeza moral, que lhe é própria.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

SETE IGREJAS EM TRÊS QUADRAS

(Carl von Koseritz)

Com o meu amor pelas velharias, a antiga cidade me pareceu mais amável, ainda que possua demasiado número de igrejas, coisa chocante para um homem pouco habituado a elas. A cidade (São Paulo), com os seus 35.000 habitantes, possui nada menos de 19 igrejas, sem contar várias igrejas e conventos que são hoje destinados a fins oficiais, como por exemplo o palácio presidencial. E que igrejas! Edifícios enormes, construídos na sua maior parte de taipa, mas que ainda estão de pé. E será difícil demolí-las, pois com o tempo a taipa empregada, que é de qualidade especial, se petrifica. No coração da cidade, em uma distância de três quadras, se encontram sete igrejas, uma sempre olhando para a outra e, às vezes, nascidas aos pares e se tocando como os irmãos siameses. Antigamente São Paulo tinha 17 conventos, mas agora só possui 4, que são os da Luz, São Bento, Carmo e Santa Teresa. De todos, o dos beneditinos é o mais rico. Não tem monges e é dirigido por um abade vindo da Bahia. Esse abade parece ser informado das novas concepções financeiras, pois alugou os muros da sua igreja para anúncios coloridos, no estilo do Rio.

A cidade tem água abundante e é iluminada a gás. É calçada em quase toda a extensão, mas somente nas ruas principais o calçamento é a paralelepípedos como no Rio. O resto é ainda com pedras irregulares e as calçadas laterais são de grandes lajes de granito. Em todas as praças há carros de aluguel e também se vêem muito belas carruagens particulares, atreladas em excelentes meio-sangues, porque os habitantes do rico São Paulo apreciam muito os cavalos de raça, coisa em que estão fazendo inveja aos riograndenses.

Um particularidade de São Paulo: parece que os paulistas eram em geral idealistas, pois deram nomes curiosos a partes da sua cidade. Assim, o lugar mais solitário da zona nova se chama Campos Elíseos e uma pequena ilha no ribeirão Anhangabaú, onde está o quartel general das

lavadeiras, se chama Ilha dos Amores! o cemitério está na Consolação e a cadeia na Liberdade...

(Imagens do Brasil, p. 254 e 256. Trad. Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo, Martins, (1943). "Bibliot. Hist. Brasil.", v. 13)

*

O MÉTODO HISTÓRICO (Políbio)

Se os historiadores que nos precederam tivessem deixado de fazer o elogio da história, talvez fosse necessário querer orientar todos no sentido desta pesquisa e conservação do passado. Não há, com efeito, formação humana mais eficiente do que a da ciência histórica. De fato, é atitude freqüente, quase geral, dizer-se, sem reservas, a todo momento, que não há escola mais autêntica, nem exercício melhor para as questões políticas que as lições da história.

Nada nos ensina poder suportar dignamente as vicissitudes do acaso mais seguramente que a recordação das desgraças de outrem! Nesse sentido, seria perfeitamente inconveniente repetir o que já foi expresso, e bem, por muitos outros; no meu caso sobretudo, onde as novidades dos fatos que nos propomos relatar será mais do que suficiente para atrair e provocar todo mundo a ler minha obra, tanto jovens como velhos.

Haverá homens tão medíocres e preguiçosos que não se sintam satisfeitos ao saber por que meios e por que tipo de regime o mundo quase que inteiro foi dominado, em menos de 50 anos, por uma única potência, os romanos? Isto nunca tinha ocorrido. Por outro lado, poderiam existir homens tão loucamente curiosos a respeito de outra disciplina a ponto de não sacrificar tudo em prol desse gênero de informação histórica?

É próprio da história conhecer primeiramente a veracidade dos acontecimentos que efetivamente ocorreram e, em segundo lugar, descobrir a causa pela qual as palavras ou atos resultam, finalmente, em fracasso ou sucesso. Com efeito, um simples relato pode ser correto sem ter nenhuma utilidade; acrescente-se-lhe em compensação, a exposição da causa e a prática da história torna-se fecunda. Buscando as analogias para aplicá-las a nossos problemas atuais, encontramos meios e indicações para prever o futuro: o passado nos protege, bem como nos fornece um modelo, permitindo-nos realizar nossas empresas sempre mais confiantes.

(Políbio, I-1; XII, 25b, apud Pinsky, Jaime, 100 textos de História Antiga, p. 145. São Paulo, Hucitec, 1972).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FREI VENÂNCIO WILLEKE, OFM (1906-1978)

Historiador por excelência da Ordem Franciscana no Brasil, Frei Venâncio Willeke (no século, Hermann Willeke), nasceu a 28 de maio de 1906, em Luechtringen, Westphalia, Alemanha. Veio para o Brasil ainda estudante, completando sua formação intelectual e religiosa na Bahia, de 1926 a 1932, ordenando-se sacerdote em 1931. Na capital baiana, desempenhou intensa atividade apostólica, que prosseguiu em Pernambuco, onde se dedicou também ao jornalismo católico. Aí iniciou suas pesquisas em torno da história franciscana no Brasil, delas resultando o magnífico trabalho sobre o tricentenário do Convento de Ipojuca, primeiro título de uma extensa bibliografia toda ela voltada para as atividades de sua Ordem ou de seus irmãos de trabalho. Viajou longamente pelo norte do país, sempre com o objetivo de indagar e pesquisar a crônica do movimento franciscano. Radicou-se finalmente no Rio de Janeiro, onde faleceu a 1º de abril de 1978.

“Deixou uma obra de grande valor, principalmente para que ficassem completados e retificados os documentos basilares da história dos franciscanos no Brasil, os quais, sabidamente, foram os primeiros sacerdotes que se radicaram em nossa pátria, o que o saudoso historiador deixou bem comprovado em suas principais pesquisas. Foram estas realizadas com o maior escrúpulo, para deslindar os principais acontecimentos, baseadas em documentos originais, que ele fora esmiuçar nas casas de sua Ordem, existentes nos mais diversos pontos do território nacional, bem como nos arquivos que se encontram no Vaticano, na Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e outros países”. Assim escreveu Alvaro do Amaral, por ocasião do falecimento do historiador, em trabalho lido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e publicado em sua revista, vol. 75, de 1979.

Além de diversos livros, deixou numerosos trabalhos em revistas culturais: “Revista de História”, “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, “Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo”, além de publicações periódicas de sua própria Ordem. Em revistas da Itália, Suíça, Portugal, Espanha, Alemanha e Estados Unidos, divulgou muita coisa sobre

o Brasil. Informa Manuel Xavier de Vasconcelos Pedroso, na fala com que o recebeu no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que na “Enciclopédia Católica Alemã” se encontram onze trabalhos de sua lavra “condizentes com aspectos histórico-culturais brasileiros” e que “com o mesmo espírito de nos fazer conhecidos” publicou dois estudos na “Nova Enciclopédia Católica Americana”.

Importantíssimo foi o trabalho que realizou em torno da vida e obra de Frei Vicente do Salvador, da qual resultaram numerosas correções, esclarecimentos e adendos ao que se conhecia do primeiro historiador brasileiro. Graças às suas pesquisas, dispomos atualmente de uma edição bem mais completa que as anteriores da obra de Frei Vicente. A primeira edição dessa nova versão foi publicada pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo, com o caráter comemorativo não só do quarto centenário de Frei Vicente, mas também do jubileu (75 anos) da grande editora paulistana. A propósito dessa nova edição, o responsável por esta publicação estampou em o “Diário do Povo”, de Campinas, do dia 17 de abril de 1966, o artigo de que transcrevemos alguns tópicos:

“Para esta nova edição novos códices da Torre do Tombo foram consultados, o que permitiu a correção de numerosas falhas das outras edições, inclusive aquelas já apontadas por Capistrano de Abreu, mas que o mestre não teve oportunidade de corrigir. Por estas, responde Frei Venâncio Willeke OFM, que há muito vem se interessando pela obra de seu antigo irmão de Ordem. Utilizando nova cópia, mais fiel e mais completa que a aproveitada para as edições anteriores, e tendo descoberto, ainda, os vários trechos que Frei Vicente transcreveu de sua primeira obra, a **Crônica da Custódia do Brasil** para esta História, trechos que aparecem nesta edição nos lugares que o próprio autor assinalou, podemos afirmar que temos, agora, uma edição definitiva e tão completa quanto possível do nosso primeiro historiador. Cumpre, ainda, ressaltar a excelente feitura gráfica, das magníficas reproduções de gravuras e mapas antigos ou de quadros célebres, que fazem do volume uma obra artística que honra sobremaneira a arte gráfica de nosso país”.

Bibliografia de Frei Venâncio Wellek

Antologia do Convento da Penha. Vitória, Conselho Estadual de Cultura, 1974.
Missões franciscanas no Brasil, 1500-1575. Petrópolis, Vozes, 1974.

Franciscanos na História do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977.

A restauração da Província de Santo Antônio. 1976.

Artigos em revistas

As missões da Custódia de Santo Antônio, 1585-1619. Recife, 1957.

Escolas franciscanas no Brasil. Rev. da Escola de Belas Artes de Pernambuco, ano 5, nº 1. Recife, 1961.

Frei Melchior de Santa Catarina, primeiro custódio, franciscano do Brasil. Vozes, ano 55, nº 12. Petrópolis, 1961.

São Francisco das Chagas do Canindé. Salvador, 1962.

A praxe missionária dos franciscanos adotada entre os índios do Brasil. Vozes, ano 57, nº 4. Petrópolis, 1963.

Documentário sobre o Livro dos Guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca. Rev. de História, 59. São Paulo, 1964.

Missiologia de Frei Vicente do Salvador. Rev. Inst. Hist. Geogr. de São Paulo, v. 62.

Frei Vicente do Salvador, pai da História do Brasil. Rev. Inst. Hist. Brasileiro, v. 277. Rio de Janeiro, 1967.

O estado atual das pesquisas sobre Frei Vicente do Salvador. Idem, v. 279. Rio de Janeiro, 1968.

Nota sobre a missão de São Miguel de Una. Rev. de História, 79. São Paulo, 1969.

Nóbrega e seus precursores na catequese. Poliantéia comemorativa do quarto centenário de Nóbrega. São Paulo, 1970.

Atas capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil., v. 286. Rio de Janeiro, 1970.

Frei Pedro Palácios e a Penha do Espírito Santo. Idem, v. 286. 1970

Primórdios da fé no Brasil. Idem, v. 287. Rio de Janeiro, 1970.

Frei Cristóvão de Lisboa, primeiro naturalista do Brasil. Idem, v. 289. Rio de Janeiro, 1971.

D. Pedro I e seu mestre predileto. No volume **D. Pedro I e D. Leopoldina perante a História.** São Paulo, 1972.

O Arquivo da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil., v. 296. Rio de Janeiro 1973.

A primeira custódia franciscana do Brasil. Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo, v. 70. 1973.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboaão. Rev. História, 93. São Paulo, 1973.

Irmãos da Província da Imaculada Conceição. Idem, 100. São Paulo, 1974.

Senzala e conventos. Idem, 106. São Paulo, 1976.

- Os Livros dos Guardiães.** Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil., 306. Rio de Janeiro, 1976.
- Ereção da Província da Imaculada Conceição do Brasil.** Idem, 314. Rio de Janeiro, 1977.
- Missões e missionários da Província de Santo Antônio.** Rev. de História, 111. São Paulo, 1977.
- Os franciscanos no Maranhão.** Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil., 318. Rio de Janeiro, 1978.
- Roteiros missionários em Minas Gerais.** Rev. Inst. Hist. Geogr. de Minas Gerais, 15.
- Frei José da Santíssima Trindade.** Idem, 12.
- Convento de Santo Antônio de Ipojuca.** Rev. do Patrimônio Hist. e Artístico Nacional, 13. Rio de Janeiro.
- Livro dos Guardiães do Convento de Santo Antônio da Paraíba.** Idem, 16. Rio de Janeiro.

SELETA

A "HISTÓRIA DO BRASIL" DE FREI VICENTE DO SALVADOR

Frei Venâncio WILLEKE

Frei Vicente do Salvador decidiu elaborar a **História do Brasil** devido à boa acolhida que em Portugal mereceu a **Crônica da Custódia do Brasil**. Os oito anos de pesquisas, preparativos e composição da obra testemunham quanto o autor se esforçou por prestar um serviço acabado. De certo, muito lhe valeram as suas posições anteriores de vigário geral, custódio e guardião, como também as boas relações que mantinha em Portugal e no Brasil, sem destacar a fama de doutor **in utroque jure**, que lhe abriu caminho aos arquivos e às bibliotecas. Igualmente precisava de contato com testemunhas oculares, como pessoas fidedignas e bem instruídas, que de todo o Brasil lhe comunicassem os acontecimentos próprios para a obra planejada. Frei Vicente em pessoa observava atentamente o desenrolar dos fatos da época.

Terminada a árdua tarefa, em dezembro de 1627, Frei Vicente dedicou sua obra-prima ao Deão de Évora Manuel Severim de Faria, o qual prometera publicar o livro. Tanto a obra como os acréscimos posteriores pararam nos arquivos públicos de Lisboa, enquanto Frei Vicente, com 75 anos de idade, baixou à sepultura sem a satisfação de saber o livro editado.

Também a **História do Brasil** serviu de fonte a vários autores: o religioso agostiniano Frei Agostinho de Santa Maria, em 1722, transcreveu vários trechos no seu nono e décimo volumes do **Santuário Mariano**, alegando sinceramente a fonte, ao passo que Varnhagen, em sua **História Geral do Brasil**, copiou à vontade, sem se dignar de citar por extenso o nome do autor, senão ocasionalmente a sigla enigmática "Fr. V."

Nos últimos decênios do século XIX, tornou-se patente o valor histórico da obra de Frei Vicente, cabendo nesse sentido o maior merecimento a Capistrano de Abreu por ter salientado a importância da **História do Brasil**

para afinal comentá-la magistralmente e editá-la, com grandes dificuldades. Passados mais ou menos 250 anos desde a morte do autor franciscano, saiu a obra-prima a lume em edição completa, no ano de 1889.¹ A cópia vinda de Portugal no século passado e quatro vezes publicada no Brasil apresentava-se assáz defeituosa até que a quinta edição, comemorativa do IV Centenário, obedeceu a um apógrafo mais fiel, que se acha no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

O valor da *História do Brasil* é tanto de ordem histórica como literária; pois a sua importância historiográfica reside em que muitos fatos se encontram apenas na obra de Frei Vicente, principalmente da época de 1580 a 1627. Sobre querer escrever a verdade histórica o Heródoto brasileiro escapa aos erros e defeitos dos historiadores contemporâneos. Por esses motivos os historiadores modernos não podem prescindir da obra básica de Frei Vicente, ao tratarem dos primórdios da história brasileira.²

Para provarmos o amor de Frei Vicente para com sua pátria, basta olhar a folha de rosto de sua obra-prima. Enquanto Rocha Pita, em 1730, em pleno fausto do nosso ouro, se julga obrigado a intitular a sua obra de *História da América Portuguesa*, mais de um século antes o frade conterrâneo, ainda que formado em Portugal, já gravara na sua o emancipado frontispício de *História do Brasil*.

A história da literatura brasileira elogia especialmente o estilo de Frei Vicente, visto ele superar escritores portugueses quinhentistas, sendo vivo, claro e preciso, não raro poético e quase sempre pitoresco. O autor está presente na obra como também sabe comunicar presença e entusiasmo ao leitor. Não admira, pois, que Frei Vicente haja recebido o título de “Pai da História do Brasil” e figura como um dos clássicos da história, segundo opinião do Capistrano de Abreu, enquanto Sílvia Romero e José Veríssimo o consideram “clássico de nossa literatura”. Se intitulamos Frei Vicente do Salvador como “Pai da História do Brasil”, nisso não vai deferência apenas àquele que foi cronologicamente o nosso primeiro historiador brasileiro, mas justiça ao valor intrínseco de sua obra.

(Frei Vicente do Salvador, OFM, pai da História do Brasil, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. 277, págs. 108-110. Rio de Janeiro, out-dez 1967)

(1) José Honório Rodrigues (*Teoria da História do Brasil*, São Paulo, 1957, p. 611) salienta o merecimento de Capistrano de Abreu nos seguintes termos: “O exemplo mais alto da crítica no Brasil, dificilmente superável, é a feita por Capistrano de Abreu da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador”.

(2) Pedro Calmon (*História do Brasil*, III, Rio de Janeiro, 1959, p. 933) diz em relação à *História do Brasil* de Frei Vicente: “Se a tivessem conhecido, Simão Vasconcelos, Rocha Pita e Southey não transmitiriam à literatura histórica lendas e deturpações que este texto repele”.

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

253. AVENTURAS DE UM SUPER-DIABO

Difícil imaginar alguém que não fosse Maquiavel para escrever a deliciosa “estória” de Belfagor, o simpático super-diabo ou arqui-diabo (“arcidiavolo”) que, um dia, deixou o inferno para vir à terra experimentar a vida de casado. Houve uma razão para isto: todos os que apareciam no inferno por terem morrido longe da graça de Deus, queixavam-se do casamento. Os juízes espantaram-se com isto, supondo alguns que se tratava de invencionice das vítimas ou da conhecida má vontade para com as mulheres. Nada como examinar pessoalmente o assunto. E decidiu Plutão enviar à terra Belfagor, que tinha no inferno o título de arqui-diabo, pois antes de se perder era um arcanjo.

Andou por vários lugares, decidindo fixar-se em Florença, onde se apresentou como elegantíssimo cavalheiro, com o nome de Dom Rodrigo, procedente de Castela, deixando assanhados todos os pais de donzelas casadoiras dispostos a “empurrar” as filhas para o primeiro ricaço que aparecesse. E Belfagor acabou consorciando-se com a bela Honesta, filha de um certo Américo Donati. A experiência matrimonial não foi nada satisfatória. Em breve começaram os dissabores e aborrecimentos do novo estado: ciúmes da mulher, brigas com seus parentes, encrencas com a sogra, exploração por parte da família da mulher, gastos excessivos desta que, a todo instante, queria aparecer na sociedade, enfim verificou logo que o “lar, doce lar” não existia. Entendeu, então, o porquê das reclamações e achou melhor abandonar tudo e voltar para o inferno.

Em torno da “estória” de Belfagor, e com este mesmo título, Ottorino Respighi (1879-1936), certamente o maior compositor italiano deste século, compôs uma ópera sobre libreto de Cláudio Guastalla, estreada no “Scala”, de Milão, a 26 de abril de 1923. O libretista deslocou a cena para uma pequena aldeia da Toscana, cujo ambiente lhe pareceu mais propício à movimentação dos participantes da curiosa trama que envolveu Belfagor, levando-o a sentir melhor que numa cidade grande o efeito de sua experiência. Os personagens também foram transmutados: Américo é substituído por Miroceto, farmacêutico da aldeia, e Honesta torna-se Cândida.

Não deve ter sido fácil transformar um conto numa ópera. Daí, a capacidade inventiva do libretista, criando situações e personagens que não existem no conto original, mas que refletem bem as situações desejadas, sem trair o espírito que Maquiavel pretendeu com seu trabalho. Mais ainda: deu a certos momentos da ópera quase que o sentido da “commedia dell’arte”, típica do fim da Idade Média e do Renascimento.

Nunca tive oportunidade de saber alguma coisa acerca da receptividade da ópera de Respighi. Conheço-a apenas por uma gravação particular, fora de comércio, embora de excelente qualidade. No Brasil nunca chegou a ser encenada, como, aliás, creio que nenhuma outra ópera do compositor italiano. De fato, embora tenha composto outras óperas, Respighi é lembrado hoje como grande sinfonista, autor dos admiráveis poemas sinfônicos evocando a cidade de Roma (“I pini di Roma”, “Le fontane di Roma”, “Feste romane”) e ainda “Vetrata di chiesa” e “Trittico Botticelliano”. Esteve no Brasil em 1927, regeu concertos em São Paulo e compôs, em homenagem ao nosso País, as “Impressioni Brasiliane”, cujo último movimento descreve suas impressões da visita ao Butantã, o famoso serpentário da capital paulista. 30-5-1992.

*

254. TIRADENTES, 200 ANOS

As efemérides comemorativas de centenários de pessoas ou fatos de nossa história constituem ocasiões muito propícias a uma reavaliação dos acontecimentos em foco, implicando não raro em contribuições excelentes para o melhor conhecimento de nosso passado. Destas ocorrências comemorativas resulta quase sempre um apreciável enriquecimento da bibliografia respectiva.

Assinalando o corrente ano obicentenário da morte de Tiradentes, era de se esperar que o mesmo acontecesse com o glorioso mártir de 1792 e com a própria Inconfidência Mineira, contexto em que se insere Joaquim José da Silva Xavier. É possível que ainda apareçam tais contribuições. Isto não significa menosprezo para com o que já existe sobre o assunto. As obras clássicas de Lúcio José dos Santos, Augusto de Lima Júnior ou de Kenneth Maxwell sobre a Inconfidência, ou a de Oiliam José sobre Tiradentes, continuarão sempre na ordem do dia.

Apraz-nos, todavia, registrar uma grande realização procedente da Imprensa Oficial mineira através de um magnífico suplemento do jornal "O Minas Gerais". Suplemento que - não titubeamos em afirmar constituirá doravante peça de consulta obrigatória para o que tiver de se escrever sobre o assunto. 56 páginas em grande formato, o que, reduzido a livro, daria um volume de alentadas proporções.

Elaborado por Pascoal Mota, com a colaboração do renomado historiador Waldemar de Almeida Barbosa, autor de títulos excelentes da historiografia mineira (inclusive sobre Tiradentes), o suplemento reúne mais de vinte artigos, muitos constantes de excertos de obras já consagradas, como as de Augusto de Lima Júnior, Oiliam José, Gilberto de Alencar, Eduardo Frieiro, Curt Lange, além de autores novos que têm se dedicado ao tema, como Jorge Flamarion, Júlio Chiavenato, Joel Rufino dos Santos, Sérgio Faraco, Adorno Dias, Isolde Brans, entre outros. Alguém poderá estranhar este apelo a autores do passado, quando, certamente, a historiografia mineira atual poderia dar valiosa contribuição, suficiente para preencher toda a dimensão do suplemento. Certo. Mas, convém lembrar que as páginas escolhidas, além de muito significativas, constam de livros mais antigos, alguns até bastante raros, que o leitor moderno talvez tenha dificuldade de encontrar, a não ser, naturalmente, em boas bibliotecas. Assim, pôr à disposição do leitor excertos bem escolhidos pareceu-nos tarefa meritória.

Um destaque para duas "curiosidades" bibliográficas: o excerto de um livro sobre Tiradentes publicado na Rússia por Oleg Ignátiev, divulgado em tradução espanhola; e uma sinopse do significativo trabalho que vem sendo desenvolvido, ainda a concluir-se, pela Professora Isolde Brans, de Campinas, autora já conhecida pelos seus estudos sobre os profetas do Aleijadinho. Seu estudo, uma vez concluído, lançará, sem dúvida, novas luzes sobre Tiradentes e a Inconfidência.

E assinale-se, ainda, a publicação na íntegra das onze "inquirições" ao Tiradentes, constantes dos "Autos de Devassa". E também, fechando o suplemento, um bem elaborado mapa da área geográfica da Inconfidência, de autoria de Eduardo Canabrava Barreiros.

Grande serviço aos estudos históricos prestou a Imprensa Oficial de Minas Gerais com a publicação desse suplemento. 8-8-1992.

* *

255. JOSÉ BONIFÁCIO, SILVICULTOR

É sabido que José Bonifácio, o patriarca de nossa Independência, tem o seu nome vinculado também à história da ciência, notadamente nas áreas da geologia e da mineralogia, assuntos sobre os quais muito escreveu, com numerosos trabalhos publicados em conceituadas revistas da época. Esta fase pré-política do grande Andrada desenvolveu-se quase toda na Europa, ou seja até 1819, ano em que regressou ao Brasil. Sua produção científica foi, na maior parte, publicada em reedição fac-similar por Edgard Cerqueira Falcão na belíssima obra que preparou para comemorar o bicentenário de José Bonifácio, transcorrido em 1963.

Mas, não foi apenas pela mineralogia que Bonifácio se interessou. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem de reeditar, integrando uma nova coleção denominada precisamente “José Bonifácio”, um curioso e muito interessante trabalho do Patriarca, qual seja a **Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal**, no qual se revelam seus conhecimentos de botânica e, especialmente, de silvicultura. Essa **Memória** foi publicada em 1815, sob os auspícios da Real Academia das Ciências de Lisboa e foi reeditada duas vezes anteriormente à edição de que estou cuidando nesta nota: uma, em 1925, pelo Ministério da Agricultura, e outra, sem indicação de data, pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Portanto, a edição que vem de ser publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já é a quarta da preciosa memória andradina. É curioso observar que o importante trabalho, publicado, como se disse, em 1815, tenha levado bem mais de cem anos para ser divulgado no Brasil. Para a edição de 1925, Pedro Calmon elaborou erudita introdução, reproduzida integralmente nesta recente edição.

Américo Jacobina Lacombe, então presidente do Instituto, lembra, na apresentação, que “a nação vive hoje sob a angústia dos avisos dos sábios acerca da necessidade de salvar nossas matas”, e recorda que Portugal, no início do século passado, enfrentou ameaça semelhante: “E a obra que advertiu o país para o risco de seu desnudamento das árvores foi a memória de um brasileiro que era então um dos expoentes da cultura de

Portugal". De seu lado, Marcelo de Ipanema, encarregado da nova edição, lembra com toda a propriedade que a **Memória** de José Bonifácio, embora se refira particularmente a Portugal, constitui-se "em lição com aplicação em qualquer parte do planeta... falando para Portugal, dirigia-se para as áreas de cultura lusa e para o exterior".

Os treze capítulos em que se divide a **Memória** tratam desde o preparo das terras até a administração das matas, transmitindo com frequência ensinamentos hauridos em outros países. Chegou o autor a anunciar a elaboração de um compêndio de toda a ciência florestal, adaptando a Portugal "idéias e observações" que fez em suas dilatadas viagens. Portanto, um livro de experiências feito. Desculpa-se por cuidar de agricultura "sendo metalurgista de profissão", mas confessa que desde os tempos de estudante, em suas viagens pela Europa, sempre demonstrou interesse pelo assunto.

O Instituto Histórico anuncia, como segundo volume da Coleção "José Bonifácio", o importante livro de Alberto Torres, **As fontes da vida no Brasil**, publicado em 1915 e nunca reeditado. Aguardemo-lo. 29-8-1992.

*

256. LIVRINHO INSEPARÁVEL

O grande escritor russo Dmitri Merejkowsky (1865-1940) inicia sua belíssima biografia de Cristo (**Jesus Desconhecido**), traduzida para a nossa língua por Gustavo Barroso, narrando possuir um exemplar do "Novo Testamento", já tão danificado de tanto usado, mas que não se dispunha a mandar encaderná-lo só para não ficar sem ele ainda que por pouco tempo: "É necessário encaderná-lo de novo, mas não tenho coragem de fazer isso com medo de me separar, mesmo por alguns dias, do pequeno livro". E o escritor realmente não o dispensava: "Leio-o todos os dias e o lerei enquanto meus olhos puderem ver à luz do sol ou à luz do meu coração, tanto nos dias mais refulgentes como nas noites mais escuras, na felicidade ou na desgraça, com saúde ou enfermo, crente ou incrédulo, sensível ou insensível. E parece-me sempre encontrar nele qualquer coisa nova ou ignorada..."

Sem ter, de longe sequer, a pretensão de imitar o escritor russo, posso dizer o mesmo com relação à minha **Imitação de Cristo**. Meu exemplar, embora não seja dos livros mais antigos de minha biblioteca, está, pelo uso constante, tão danificado quanto o "Novo Testamento" de Merejkowsky. E tal como nesse caso, também não quero mandá-lo encadernar,

“para não me separar, mesmo por alguns dias, do pequeno livro”. É verdade que atualmente disponho de recursos que não havia no tempo do autor do **Jesus Desconhecido**: a possibilidade de mandar copiá-lo, no todo ou em parte, pelo processo xerográfico, e usar a cópia enquanto o original ficasse no encadernador. Mas, receio que a antigüidade do volume possa danificá-lo ainda mais com este moderno processo de reprodução.

Descobri um pouco tarde a **Imitação de Cristo**. Minha formação espiritual na adolescência foi alimentada por outras leituras igualmente significativas, das quais um dia cuidarei, só vindo a conhecer o grande livro de Tomás de Kempis (1380-1471) quando já andava pelos vinte e poucos anos. E desde então - há meio século portanto - o pequeno volume me acompanha, dele lendo diariamente antes de começar qualquer atividade, uma das muitas seções em que ele se divide.

Da **Imitação de Cristo** provavelmente já se disse tudo o que poderia ser dito, como mui acertadamente afirmou o Conde de Afonso Celso ao iniciar sua tradução. Mais de seis séculos porfiaram em tecer-lhe elogios, mostrar-lhe as sublimidades, encarecer-lhe o subido valor, denominando-o uns o quinto Evangelho, chamando-lhe outros o melhor tratado de moral cristã, considerando-o todos o mais perfeito compêndio da vida espiritual.

Contam-se às centenas as edições do famoso livro, publicadas por numerosas editoras não só religiosas, mas também leigas, através de diversas traduções todas elas credenciadas. A de uma casa editora de Petrópolis, que utilizo, talvez seja a mais singela de todas, inclusive dispensando os eruditos comentários de Roquette, que, a partir de certa época passaram a complementar os ensinamentos do livro, segundo o autor o diz, mas que, a meu ver, nada acrescentam, espiritualmente falando, ao texto original. Seu autor nasceu em 1380, no povoado de Kempen (donde seu nome) na Holanda, e faleceu com mais de noventa anos, em 1471. 12-12-1992.

*

257. QUÍMICO INGLÊS, VIAJANTE NO BRASIL

Abro uma conceituada enciclopédia publicada em nosso país, no verbete consagrado ao químico inglês Charles Blachford Mansfield e, após a indicação das datas de seu nascimento e morte, leio apenas isto: “Descobriu o método de extrair benzol do alcatrão mineral, lançando, assim, as bases da indústria da anilina”. Correto. Corretíssimo mesmo. Mas, pareceu-me

estranho que uma enciclopédia editada no Brasil e que tanta ênfase costuma dar a assuntos brasileiros, não tenha feito a menor referência ao fato de Charles Mansfield (1819-1855), além do químico famoso que inegavelmente foi, ter sido também um grande viajante e, nesta condição, ter visitado o Brasil e outros países da América do Sul, resultando de suas viagens importante livro publicado em Londres, em 1856, pelos conhecidos editores MacMillan & Co.

Enfileira-se, pois, Manfield entre os numerosos viajantes que no século passado escreveram sobre o Brasil. Pouco depois de publicado seu livro, um certo A.D. Pasqual criticou-o severamente em... dois alentados volumes! Mas, fê-lo de maneira curiosa, talvez única nos quadros da bibliografia universal: transcreveu-o quase que inteiramente. No fim, acabou fazendo propaganda do livro... Talvez seja esta a razão (ou uma das razões) por que ninguém se tenha interessado em traduzir a obra do químico inglês. Ela já se encontra praticamente traduzida nas páginas de seu contestador... O único excerto que dele temos, em tradução direta, são as três cartas referentes ao Recife, traduzidas pelo historiador pernambucano Alfredo de Carvalho e publicadas na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, volume XXII, correspondente ao ano de 1920.

Certo, não é viajante para se emparelhar com Saint-Hilaire, Pohl, Gardner, Maximiliano, Martius e outros que tais. Mas também não é para desprezar-se. Demonstrou-o com muita propriedade a historiadora campineira Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci quando o tomou como tema de uma excelente, diria mesmo modelar comunicação a um congresso de história realizado em Curitiba, em 1990, e cujos anais já se encontram publicados.

Não era homem vulgar, pois cultivou diversas ciências, deixando numerosos trabalhos. "Seu estilo é simples, embora vivo, o que leva o leitor a contínua motivação; é bastante natural e singelo ao expressar-se, embora, muitas vezes, apressado em exprimir seus juízos de valores; cá e acolá é sarcástico em suas observações, sem, contudo, deixar de ser comedido". O que levou a Professora Maria Lúcia a cuidar de Mansfield, particularmente na parte referente ao Recife, tomando como referência a já mencionada tradução de Alfredo de Carvalho, foi o ter constatado - e com razão - o quanto seu livro é pouco conhecido mesmo por parte de alguns especialistas em literatura de viajantes estrangeiros no Brasil.

Uma semelhança de nome tem levado muita gente a confundir o inglês aqui mencionado com o alemão Mansfeldt, mercenário na corte de

D. Pedro I e também autor de um livro sobre o Brasil (**Meine Reise im Brasilien im Jahre 1826**), em dois volumes, publicado em Magdeburgo, em 1828. 12-9-1992.

*

258. RECORDAÇÕES DE LINDOLFO COLLOR

Um dos textos que mais interesse despertaram na **Pequena Antologia Republicana** que publiquei por ocasião centenário do novo regime e neste caso também pela raridade, foi a carta dirigida a Getúlio Vargas, então candidato à presidência da República, por Lindolfo Collor, pouco antes da revolução de 1930, precisamente a 12 de agosto do ano anterior. Político experiente do Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor advertia a Vargas de que a eleição para a presidência da República, por importante que fosse, não era tudo; havia, certamente, coisas mais importantes a fazer para que as instituições republicanas não se comprometessem de vez. Poucas pessoas do meu conhecimento tinham notícia dessa carta e foi com verdadeira surpresa que tomaram conhecimento de seu teor. Não tenho dúvida em considerá-la uma das páginas mais significativas da literatura política brasileira.

Pela mesma ocasião transcorreu o centenário do nascimento do político gaúcho, o que constituiu momento propício para recordá-lo - ao homem e à obra -, resgatando a memória de um dos maiores homens públicos que o Brasil já teve. Participante da revolução de 1930, coube-lhe, no início da chamada "Segunda República", organizar o Ministério do Trabalho, de que foi o primeiro titular. Deve-se-lhe o esboço original da Legislação social brasileira, bastante deturpada posteriormente. Incompatibilizando-se com as tendências ditatoriais de Vargas, rompeu com ele, o que lhe custou prisão e exílio. Retornando ao Brasil, voltou à vida de imprensa, que sempre foi o seu maior centro de interesse. Faleceu com pouco mais de 50 anos, em 1942, deixando numerosos livros que foram revividos por ocasião de seu centenário.

Esperava que a ocasião propiciasse uma nova edição de seu livro mais importante, **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos**, publicado em 1938 pela Editora José Olympio, na preciosa Coleção "Documentos Brasileiros" (volume 14) e reeditado mais duas vezes. Mas, graças à gentileza de sua filha, Sr^a Leda Collor de Mello, tive conhecimento de um vasto programa editorial a relembrar o jornalista, o político e o historiador. Não apenas o livro sobre a Guerra dos Farrapos (já em quarta edição), mas também outros que me foram enviados e que, embora com atraso, apraz-me registrar:

Europa, 1939, reedição, com apresentação do saudoso Francisco de Assis Barbosa. Trata-se de crônicas e impressões de uma viagem à Europa, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, com observações preciosas sobre a situação dos países por onde andou, naquele momento tão difícil da vida européia. **Origem da legislação trabalhista brasileira**, exposição de motivos, organizado e com introdução de Mário de Almeida Lima. Documento precioso para o conhecimento de nossa legislação social. **Sinais dos Tempos**, publicado originalmente em 1942 (ano de seu falecimento), reunindo artigos publicados na imprensa, com nota prévia de Américo Jacobina Lacombe e estudo crítico sobre o autor por Paulo Brossard. Versam os artigos sobre os mais variados temas: história, sociologia, política, economia, literatura e algumas páginas de natureza circunstancial. **Retrato de Lindolfo Collor**, dados sobre sua vida e obra, coligidos por sua filha Leda, com depoimentos de vários autores, dentre os quais Austregésilo de Athayde, Barreto Leite Filho, Costa Rego, Macedo Soares, João Luso, Luís Viana Filho, Maurício de Medeiros e Viana Moog. Finalmente, um volume dedicado à "Semana Lindolfo Collor", realizada em Belém do Pará, reunindo numerosos trabalhos também por expressivas figuras da vida política brasileira.

Louve-se a iniciativa da Fundação Paulo do Couto e Silva, que patrocinou a maior parte destas publicações. O autor desta nota agradece à Dona Leda pela oportunidade de conhecer a obra de seu genitor, bem como as realizações levadas a efeito pelo seu centenário, e ainda a divulgação, em nível nacional, de texto publicado na "Notícia Bibliográfica e Histórica" contendo a carta a Getúlio Vargas, de 1929. 3-10-1992.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 145 A 148 (Ano XXIV, 1992)

- 145 - janeiro/março - págs. 1 a 72
146 - abril/junho - págs. 73 a 152
147 - julho/setembro - págs. 153 a 232
148 - outubro/dezembro - págs. 233 316

ÍNDICE DE AUTORES

- ANDRADE, Manuel Correia de - Pierre Monbeig e o Brasil - 187
BANDECCHI, Brasil - O município no Brasil colonial - 215
BARATA, Mário - "Papagaios amarelos" em São Luís - 168
BARBOSA, Waldemar de Almeida - Teófilo Otoni e a Revolução Liberal - 103
BATTISTONI FILHO, Duílio - Kipling e o Brasil - 110
BEYER, Gustavo - Viagem a São Paulo no verão de 1813 - todo o fasc., n° 145
CAMPOS, Vinício Stein - João Guilherme da Costa Aguiar - 291
DONATO, Mário - A viagem de Saint-Hilaire à Província de São Paulo - 173
EINHARDI - Relações de Carlos Magno com outros reis - 130
FAZENDA, Vieira - Viajante sueco - 56
FROTA, Luciara de Aragão e- Documentos para a história das relações diplomáticas
Brasil - Venezuela - 192
GARCIA, Liliana Bueno dos Reis - Influência da "Paulista" no desenvolvimento
urbano de Rio Claro - 96
JAMUNDÁ, Theobaldo C. - Livro sobre Fritz Müller - 190
JORGE, Luiz Alberto - Considerações sobre a filosofia crítica da História e a
renovação da cultura humana - 249
KOSERITZ, Carl von - Sete igrejas em sete quadras - 294
LIMA, Oliveira - Dois artigos sobre Gustavo Beyer - 56, 62
LIST, F. - União aduaneira alemã - 207

- LOEFGREN, Alberto - O viajante sueco Gustavo Beyer - 52
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito de uma opereta - 223
- MATOS, Odilon Nogueira de - Almir de Andrade - 147
- MATOS, Odilon Nogueira de - Amigo de Camões, autor de uma História do Brasil - 229
- MATOS, Odilon Nogueira de - Aventuras de um super-diabo - 302
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Brasiliãna", nº 200 - 146
- MATOS, Odilon Nogueira de - Compositores de 1992 - 235
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Encore un livre sur le Brésil!" - 150
- MATOS, Odilon Nogueira de - Ezequiel Freire - 225
- MATOS, Odilon Nogueira de - Grande evento em Poços de Caldas - 231
- MATOS, Odilon Nogueira de - Holandês que deixou saudades - 145
- MATOS, Odilon Nogueira de - Honrosa despedida - 148
- MATOS, Odilon Nogueira de - José Bonifácio, silvicultor - 305
- MATOS, Odilon Nogueira de - Livrinho inseparável - 306
- MATOS, Odilon Nogueira de - Mário Donato - 228
- MATOS, Odilon Nogueira de - Moisés Gicovate - 226
- MATOS, Odilon Nogueira de - Paulistas do século XVIII vistos por um guardamarinha francês (Os) - 155
- MATOS, Odilon Nogueira de - Prefácio à "Viagem a São Paulo no verão de 1813", de Gustavo Beyer - 145
- MATOS, Odilon Nogueira de - Químico inglês, viajante no Brasil - 307
- MATOS, Odilon Nogueira de - Reconhecimento geográfico para a interiorização da Capital Federal - 75
- MATOS, Odilon Nogueira de - Recordação poços-caldense - 141
- MATOS, Odilon Nogueira de - Recordações de Lindolfo Collor - 309
- MATOS, Odilon Nogueira de - Tiradentes, 200 anos - 303
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Brasil Bandecchi - 209
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Frei Venâncio Willeke - 300
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Rocha Pita - 132
- OLIVEIRA, José da Veiga - Martim Braunwieser - 160
- PASIN, José Luiz - A saga do rio Paraíba do Sul - 170
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe - Ecos do quinto centenário do descobrimento da América - 278
- POLÍBIO - O método histórico - 295
- POMPEU, Paulo - Saudosismo campineiro - 125

- PITA, Sebastião da Rocha - Palmares - 139
- PUPO, Celso M. de Mello - Vila Brandina - 205
- RESUMO de informações úteis para emigrantes ao sul do Brasil, referindo-se particularmente às colônias Dona Francisca e Blumenau - 79
- RIBEIRO JR, João - "Não se pode pensar sempre, mas se pode amar sempre" - 164
- RIBEIRO JR, João - Uma introdução à organização política e ideológica das sociedades - 259
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - A unidade latino-americana e sua oportunidade - 158
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Houve "revolução" no Brasil durante a "República Velha"? - 108
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Um projeto social de desenvolvimento: a Revolução de 1930 - 283
- SANTOS, Joaquim Felício dos - O Livro da Capa Verde - 181
- SILVA, Norma Felicidade L. da - A conquista do poder pela burguesia - 105
- SQUEFF, Enio - A ópera perdida dos "Sertões" - 287
- TAUNAY, Afonso de - Gustavo Beyer - 67
- WILLEKE, Fr Venâncio - A "História do Brasil", de Frei Vicente do Salvador - 300

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ANCHIETA, José de - Textos históricos - 119
- BARRETO, Lázaro - História de Arcos - 119
- CASTRO, Moacyr Werneck de - O sábio e a floresta -
- CERVO, Amado L. - As relações históricas entre o Brasil e a Itália - 202
- EPOPÉIA MODERNA (Uma): 80 anos de imigração japonesa no Brasil - 121
- ESTUDOS Ibero-americanos, XVII/2, dez 1991 - 124
- GAFFRE, L. A. - Visions du Brésil - 150
- GOUVÊA, Fernando da Cruz - Perfil do tempo - 120
- HARTT, C. F. - Geologia e geografia física do Brasil - 146
- IRMÃO, J. Alcixo - Rafael Tobias de Aguiar - 202
- MICELI, Paulo Celso - Além da fábrica - 202
- NOGUEIRA, Mons. Severino - O Seminário de Olinda e seu fundador - 202
- PIAZZA, Walter F. - A epopéia açóricico-madeirense - 120
- REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, 74/75 - 123
- RIBEIRO JR., João - As perspectivas do mito - 121
- SANTOS, Corcino Medeiros/SHIXIU, z. - O descobrimento da América pelos chineses - 123

MEMÓRIA CAMPINEIRA

João Guilherme da Costa Aguiar - 291

Saudosismo campineiro - 125

Vila Brandina - 205

TEXTOS E SELETAS

BANDECCHI, Brasil - O município no Brasil colonial - 215

EINARDI - Relações de Carlos Magno com outros reis - 130

KOSERITZ, Carl von - Sete igrejas em três quadras - 294

LIST, F. - União aduaneira alemã - 207

MANIFESTO separatista de Campanha - 127

PITA, Sebastião da Rocha - Palmares - 139

POLIBIO - O método histórico - 295

REPRESENTAÇÃO do povo de pernambuco contra os estrangeiros - 206

WILLEKE, Fr. Venâncio - A "história do Brasil" de Frei Vicente do Salvador - 300

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Brasil Bandecchi - 209

Rocha Pita - 132

Venâncio Willeke, Frei - 296

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

A propósito de uma opereta - 223

Almir de Andrade - 147

Amigo de Camões, autor de uma História do Brasil - 229

Aventuras de um super-diabo - 302

"Brasiliana", nº 200 - 146

"Encore un livre sur le Brésil!" - 150

Ezequiel Freire - 225

Grande evento em Poços de Caldas - 231

Holandês que deixou saudades - 145

Honrosa despedida - 148
 José Bonifácio, silvicultor - 305
 Livrinho inseparável - 306
 Mário Donato - 228
 Moisés Gicovate - 226
 Químico inglês, viajante no Brasil - 307
 Recordação poços-caldense - 143
 Recordações de Lindolfo Collor - 309
 Tiradentes, 200 anos - 303

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Açorianos - 120	Indústria - 96, 121, 252
Alemanha - 207	Ipanema - fasc. 145
Anchieta - 119	Irmão, J. Aleixo - 202
Andrade, Almir de - 147	Jouteux, F. - 287
Arcos (cidade) - 119	Kipling - 110
Ascensão burguesa - 105	Lalo, Edouard - 240
Bahia - 5	Levy, Alexandre - 247
Bandecchi, Brasil - 209	Livro da Capa Verde - 181
Belfagor - 302	Madeirenses - 120
Bernanos, G. - 287	Mansfield - 307
Besselaar, J. van - 148	Maranhão - 168
Beyer, Gustavo - fasc. 145	Massenet - 241
Blumenau - 79, 190	Merejkowsky - 306
Boito, Arrigo - 241	Milhaud, Darius - 246
Bonifácio, José - 305	Milloecker, Karl - 242
Braunwieser, Martim - 160	Mineração - fasc. 145, 146
Campanha - 127	Mito - 121
Campinas - 205, 291	Monbeig, Pierre - 187
Cândido, Antônio - 231	Müller, Fritz - 190
Carcassi, Matteo - 237	Município - 215
Carlos Magno - 130	Música - 235, 160, 209, 245, 26
Cherubini, Luigi - 239	Operas e operetas - 223, 287
Cloches de Corneville (Lcs) - 223	Otoni, Teófilo - 103
Collor, Lindolfo - 309	Palmares - 139

- Colonização - 79, 120
Compositores - 235
Damante, Hélio - 148
Descoberta da América - 278
Desenvolvimentismo - 96, 108
Distrito Diamantino - 181
Dona Francisca - 79
Donato, Mário - 228
Du Plessis-Parseau - 155
Duclerc - 155
Duguay-Trouin - 155
Emigração - 121
Ferreira, Jurandir - 231
Filosofia da História - 249
Frei Vicente do Salvador - 300
Franceses no Rio de Janeiro - 155
Freire, Ezequiel - 225
Gaffre, L. A. - 150
Gandavo - 229
Gicovate, Moisés - 226
Gouvêa, Fernando C. - 120
Grofe, Ferde - 244
Grupo dos seis - 246
Hartt - 146
Hegel - 259
História diplomática - 192
História política do Brasil - 108
História social - 105
Historiografia - 295
Honegger - 245
Imigração japonesa - 121
Imitação de Cristo - 306
Inconfidência mineira - 303
"Papagaios amarelos" - 168
Paraíba do Sul (rio) - 170
Paulista (ferrovia) - 96
Pernambuco - 206
Pianzola - 168
Poços de Caldas - 231
Positivismo - 164
Respighi, Ottorino - 302
Revolução de 1842 - 103
Revolução de 1930 - 283
Revoluções - 283
Rio Claro - 96
Rio de Janeiro - 155
Rocha Pita - 132
Rossini - 239
Saint-Hilaire - 173
São Paulo (cidade) - fasc. 145
Schweitzer, A. - 249
Seminário de Olinda - 202
Separatismo - 127
Stradella, Alessandro - 236
Sullivan - 243
Tartini, Giuseppe - 236
Taunay, Afonso de - 67
Tiradentes - 303
Tobias (Brigadeiro) - 202
Tristão da Cunha (ilha) - fasc. 145
Vila Brandina - 205
Viotti, Pe. Hélio A. - 119
Voltaire - 259
Willeke, Fr. Venâncio - 300
Zollverein - 207





9P PUKAMP